

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Edital 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	160468-ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO	Editado por	Lucas Lourenco Cabral	Atualizado em	21/05/2026 13:55 (v 0.4)
Status	CONCLUIDO				

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	60/2026	64510.001558/2026-82

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90002/2026

CONTRATANTE (UASG)

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (160468)

OBJETO

O objeto da presente licitação é a aquisição de material esportivo para a Seção de Educação Física da EsPCEX.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 781.433,48

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 08/06/2026 às 08:30h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO

(Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo / 1940)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

(Processo Administrativo nº 64510.001558/2026-82)

Torna-se público que a ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO, por meio da Seção de Aquisição, Licitação e Contratos, sediada na Av. Papa Pio XII, 350, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas-SP, CEP 13.070 903, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de material esportivo da Seção de Educação Física, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. . empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.11. sociedades cooperativas;

3.10.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.10.13. pessoas físicas.

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.4 e 3.10.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.4 e 3.10.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

- 5.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:
- 5.9.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.9.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.9.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.9.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.9.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.9.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.9.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.9.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS /PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 1% (1 por cento)*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.24.2. empresas brasileiras;

7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/ poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.10.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada

integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.10.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.[A4]

8.10.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.10.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.10.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.19. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.[A7]

8.20. O pregoeiro de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.21. O pregoeiro de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.22. O pregoeiro de contratação deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.23. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES /ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 horas, para:

9.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8 Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o licitante vencedor deverá apresentar programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme Decreto nº 12.304, de 9 de dezembro de 2024, e comprovar a sua implantação nos termos da Portaria Normativa SE/CGU nº 226 /2025, considerados o valor original do contrato e o valor que poderá ser alcançado por meio de eventuais aditivos contratuais.

10.9. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974.

10.9.1. Caso se trate da contratação de serviços de vigilância ou transporte de valores com dedicação exclusiva de mão de obra, a empresa deverá comprovar, como condição para assinatura do contrato,

que possui capital social mínimo integralizado de acordo com os valores estipulados no art. 14 da Lei n.º 14.967/2024.

10.10. Na contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra para contratos com quantitativo igual ou superior a 25 (vinte e cinco) colaboradores, será exigida da empresa, como condição para assinatura do contrato, a comprovação, nos termos do disposto no art. 6º, caput, inciso XVI, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do emprego de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, a partir da indicação do órgão responsável pela política pública, em percentual igual ou superior a 8% (oito por cento) das vagas.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **não poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: salc.espcex@gmail.com.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **salc.espcex@gmail.com**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;


16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

16.11.3. Anexo III – Mapa de Risco;

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO KLUGE VILLANI**
Data: 21/05/2026 14:31:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RODRIGO KLUGE VILLANI

Autoridade competente

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Estudo Técnico Preliminar 4/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64510.001558/2026-82

2. Descrição da necessidade

2.1. A Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) tem sob sua responsabilidade a Seleção dos candidatos e Preparação do futuro Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), dando início à formação do Oficial Combatente do Exército Brasileiro.

2.2. Neste contexto, o presente documento apresenta os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) realizados pela Equipe de Planejamento que serve, essencialmente, para assegurar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, para atender às necessidades da EsPCEEx.

2.3. A EsPCEEx é uma unidade Exército Brasileiro localizada na cidade de Campinas-SP, com um efetivo total de cerca de 1.500 (um mil e quinhentos) militares, além de Servidores Civis e demais Prestadores de Serviços terceirizados que trabalham em várias repartições deste Estabelecimento de Ensino. O Corpo de Alunos, orgânico desta Escola, possui em seu corpo discente aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos, os quais, em sua formação em regime de internato, realizam diversas atividades internas.

2.4. Faz-se necessária a aquisição desses materiais, conforme especificações e quantidades estabelecidas na modalidade de cobrança por menor preço, no objeto deste anexo, para o bom desempenho das atividades da EsPCEEx, tendo em vista as particularidades dessa UASG.

2.4.1. A aquisição dos bens acima elencados visa atender às necessidades da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em particular à Seção de Educação Física (condicionado à disponibilização dos créditos correspondentes e à vigência da Ata), sendo consideradas as necessidades reais, uma vez que também estes materiais serão utilizados por um período de aproximadamente 5 anos sem manutenção, por serem materiais de alta qualidade no quesito durabilidade.

2.4.2. O referido material visa atender a necessidade dos mais de 400 Alunos que todos os anos passam por este Estabelecimento de Ensino, o seu Corpo Permanente e demais militares de outras Organizações Militares, totalizando mais de 1500 militares.

2.4.3. A aquisição dos materiais visa equipar por completo a infraestrutura dos Ginásios Poliesportivo da EsPCEEx e dar o suporte as competições desportivas no âmbito das Forças Armadas que anualmente acontecem neste estabelecimento.

2.4.4. A EsPCEEx é responsável pela formação dos futuros oficiais de carreiras da linha militar bélica. Por ser uma escola de formação, os militares são constantemente cobrados em relação a condicionamento físico e treinamento físico militar, e a aquisição dos materiais esportivos contribuirá para elevação do bom preparo físico individual, condição indispensável ao exercício da carreira das armas.

2.4.5 A aquisição de materiais esportivos justifica-se pela necessidade de:

I – Garantir a adequada execução das instruções de Educação Física e Treinamento Físico Militar (TFM);

II – Manter os padrões mínimos de desempenho físico exigidos para a formação do oficial combatente;

III – Assegurar condições adequadas de segurança, ergonomia e desempenho durante as atividades físicas;

IV – Equipar integralmente os ginásios e áreas de treinamento da EsPCEEx;

V – Prover suporte técnico às competições desportivas realizadas no âmbito das Forças Armadas;

VI – Substituir materiais desgastados pelo uso contínuo e intensivo.

2.4.6 Considerando a natureza das atividades desenvolvidas, os materiais são submetidos a uso frequente, coletivo e de alta intensidade, o que demanda produtos com especificações técnicas compatíveis com padrões de resistência, durabilidade e segurança.

2.5 A Escola Preparatória de Cadetes do Exército será sede da **56ª edição da NAE 2026**, competição desportiva tradicional que reúne as escolas de formação inicial das Forças Armadas: a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (Exército Brasileiro), a Escola Preparatória de Cadetes do Ar (Força Aérea Brasileira) e a Colégio Naval (Marinha do Brasil).

2.5.1 A realização do evento impõe demanda extraordinária à infraestrutura esportiva da EsPCEEx, considerando:

I – Ampliação temporária do número de atletas e comissões técnicas nas instalações;

II – Necessidade de padronização dos materiais conforme regulamentos das competições militares;

- III – Exigência de equipamentos em plenas condições de uso para modalidades coletivas e individuais;
- IV – Garantia de segurança, desempenho e conformidade técnica dos materiais disponibilizados;
- V – Preservação da imagem institucional da Força perante as demais Escolas Militares.

2.5.2 A NAE constitui evento de elevada relevância no calendário interforças, promovendo integração, espírito de corpo, disciplina e preparo físico entre os futuros oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Assim, a adequada estruturação e aparelhamento das instalações esportivas da EsPCEx mostram-se imprescindíveis para assegurar a plena realização do evento, dentro dos padrões organizacionais e operacionais esperados para um Estabelecimento de Ensino Militar.

2.5.3 Dessa forma, a condição de sede da 56ª NAE reforça e amplia a necessidade da contratação pretendida, não apenas para atendimento das rotinas institucionais permanentes, mas também para suportar demanda extraordinária e temporária decorrente de evento de grande porte no âmbito das Forças Armadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Educação Física - SEF	LEANDRO TAVARES LUIZ – Maj

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Nos termos do art. 7º, inciso II, da Instrução Normativa nº 40/2020, apresentam-se os requisitos indispensáveis que o objeto da contratação deve atender, de modo a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, observando critérios de qualidade, desempenho, segurança, durabilidade e sustentabilidade.

4.2 Requisitos Gerais do Objeto

4.2.1 A contratação refere-se ao fornecimento de materiais esportivos destinados às atividades de Educação Física, Treinamento Físico Militar e competições institucionais, devendo atender aos seguintes requisitos mínimos:

- I – Serem novos, de primeiro uso e entregues em perfeitas condições de funcionamento;
- II – Atenderem integralmente às especificações técnicas constantes no Termo de Referência;
- III – Possuírem padrão de qualidade compatível com uso coletivo e intensivo, característico de estabelecimento de ensino militar;
- IV – Apresentarem resistência mecânica e durabilidade compatíveis com vida útil estimada mínima de 5 (cinco) anos, em condições normais de uso;
- V – Estarem em conformidade com normas técnicas aplicáveis, quando existentes;
- VI – Possuírem garantia mínima do fabricante, conforme definido no Termo de Referência;
- VII – Não apresentarem materiais, componentes ou acabamentos que comprometam a segurança dos usuários.

4.3 Requisitos Técnicos Específicos

4.3.1 Sem prejuízo das especificações detalhadas no Termo de Referência, os materiais deverão:

- I – Observar dimensões, pesos e padrões oficiais quando destinados a competições;
- II – Ser fabricados com materiais resistentes a impacto, abrasão e uso contínuo;
- III – Possuir acabamento que minimize riscos de acidentes, tais como arestas cortantes, superfícies escorregadias ou componentes expostos;
- IV – Permitir fácil higienização e conservação;
- V – Apresentar identificação do fabricante e demais informações técnicas necessárias à rastreabilidade.

4.4. Requisitos de Entrega e Logística

A contratada deverá:

- I – Realizar a entrega no local indicado pela Administração, dentro do prazo estipulado;
- II – Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga e acondicionamento adequado dos materiais;
- III – Substituir, no prazo estabelecido, quaisquer itens que apresentem vícios, defeitos ou desconformidade com as especificações;
- IV – Observar as normas de segurança e acesso às instalações militares.

4.5 Requisitos de Sustentabilidade

Em atendimento aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável previstos na Lei nº 14.133, bem como às diretrizes de contratações sustentáveis da Administração Pública Federal, deverão ser observados os seguintes critérios:

- I – Preferência por materiais recicláveis ou que contenham percentual de material reciclado, quando tecnicamente viável;
- II – Embalagens confeccionadas com materiais recicláveis ou reutilizáveis;
- III – Adoção, pelo fabricante ou fornecedor, de práticas de gestão ambiental compatíveis com a legislação vigente;
- IV – Ausência de substâncias nocivas ao meio ambiente ou à saúde dos usuários;
- V – Atendimento às normas ambientais aplicáveis à cadeia produtiva.

4.5.1 Quando aplicável, poderá ser exigida comprovação mediante certificações ambientais, declarações do fabricante ou documentos equivalentes.

4.6 Requisitos de Qualificação Técnica

Para assegurar a adequada execução contratual, poderá ser exigida da contratada:

- I – Comprovação de aptidão para fornecimento de bens compatíveis em características e quantidades, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica;
- II – Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- III – Cumprimento das exigências previstas no edital e seus anexos.

4.7. Justificativa da Adequação dos Requisitos

4.7.1 Os requisitos estabelecidos são indispensáveis para:

- Garantir segurança dos usuários;
- Assegurar desempenho adequado nas atividades físicas e competições;
- Proporcionar durabilidade e economicidade;
- Viabilizar julgamento objetivo das propostas;
- Reduzir riscos de inexecução contratual.

4.7.2 Os critérios adotados são proporcionais, tecnicamente justificáveis e suficientes para assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, não implicando restrição indevida à competitividade do certame.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Fundamentação Normativa

5.1.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, que estabelece os procedimentos para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

5.1.2 Nos termos da referida Instrução Normativa, a pesquisa de preços deve ser realizada mediante utilização de parâmetros diversificados, priorizando-se dados de contratações públicas recentes e valores praticados no mercado.

5.2. Metodologia e Fontes Utilizadas

5.2.1 A pesquisa de preços foi realizada mediante a utilização combinada dos seguintes parâmetros, conforme previsto na IN nº 65/2021:

- I – Consulta ao Pannel de Preços disponível no portal Compras.gov.br, com base em contratações públicas homologadas e compatíveis com o objeto;
- II – Pesquisa em sítios eletrônicos especializados e plataformas de comércio eletrônico que comercializam os materiais esportivos pretendidos;
- III – Solicitação direta de cotações formais a fornecedores do ramo, mediante encaminhamento das especificações técnicas padronizadas.

5.2.2 As fontes consultadas são compatíveis com aquelas admitidas pela IN nº 65/2021, assegurando diversidade de parâmetros e maior fidedignidade à estimativa obtida.

5.3. Tratamento dos Preços Coletados

5.3.1 Os preços coletados foram analisados criticamente, com exclusão de valores inexequíveis ou manifestamente discrepantes, nos termos da IN nº 65 /2021.

5.3.2 Para definição do preço estimado, foi adotado o critério estatístico da média e/ou mediana **dos valores válidos obtidos**, por se mostrar medida mais robusta frente a eventuais distorções de mercado, garantindo maior segurança à Administração quanto à adequação do orçamento estimado.

5.3.3 A memória de cálculo detalhada, bem como as evidências documentais das consultas realizadas, encontram-se juntadas aos autos do processo administrativo.

5.4. Conclusão do Levantamento

5.4.1 Com base nos dados coletados, verifica-se que:

- Há ampla oferta de fornecedores aptos ao atendimento da demanda;
- Os preços estimados refletem valores praticados no mercado atual;
- A metodologia adotada observa os parâmetros normativos vigentes;
- A estimativa obtida é compatível com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade.

5.5 Conclui-se, portanto, que o valor estimado da contratação está devidamente fundamentado, atendendo às exigências legais e regulamentares aplicáveis.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Conceito da Solução

6.1.2 A solução proposta consiste na realização de procedimento licitatório, na modalidade **pregão**, para aquisição de materiais esportivos destinados ao atendimento das demandas institucionais da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX), compreendendo o fornecimento de bens comuns, com especificações técnicas previamente definidas no Termo de Referência.

6.1.3 A contratação abrangerá o fornecimento integral dos itens necessários à execução das atividades de Educação Física, Treinamento Físico Militar (TFM), atividades curriculares, treinamentos institucionais e competições desportivas internas e interforças, incluindo a realização da 56ª NAE.

6.2. Elementos que Compõem a Solução

6.2.1 A solução contempla, de forma integrada:

- I – Aquisição de materiais esportivos novos, de primeiro uso, com padrões mínimos de qualidade e durabilidade;
- II – Entrega dos bens nas dependências da EsPCEX, com logística sob responsabilidade da contratada;
- III – Garantia mínima conforme especificações do Termo de Referência;
- IV – Substituição de itens com vícios ou em desconformidade;
- V – Observância de critérios de sustentabilidade e conformidade ambiental;
- VI – Atendimento às normas técnicas aplicáveis e padrões oficiais quando destinados a competições.

6.2.3 A solução não envolve serviços continuados, instalação complexa ou manutenção contratual, tratando-se exclusivamente de fornecimento de bens.

6.3. Justificativa da Escolha da Solução

6.3.1 A adoção da modalidade pregão justifica-se por se tratar de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

6.3.2 A aquisição direta dos materiais mostra-se mais vantajosa do que alternativas como locação ou cessão temporária, considerando:

- Uso contínuo e intensivo dos equipamentos;
- Vida útil estimada de aproximadamente 5 (cinco) anos;
- Economicidade decorrente da eliminação de custos recorrentes;
- Autonomia administrativa para gestão do acervo patrimonial.

6.3.3 Adicionalmente, a solução permite reposição planejada do estoque e adequação da infraestrutura esportiva às necessidades ordinárias e extraordinárias da instituição, especialmente em razão da realização de eventos interforças.

6.4. Benefícios Esperados

6.4.1 Com a implementação da solução, espera-se:

- I – Elevação do padrão de qualidade das atividades físicas e desportivas;
- II – Redução de riscos de acidentes decorrentes de uso de materiais desgastados;
- III – Melhoria da eficiência na execução do Treinamento Físico Militar;
- IV – Adequação da infraestrutura esportiva para competições institucionais;
- V – Racionalização do gasto público, mediante aquisição de bens duráveis e adequados à demanda.

6.5 Deverão ser inclusos ao preço dos serviços descritos no item 1. OBJETO do Termo de Referência, as despesas para o fornecimento (frete, montagem, tributos e etc).

6.6 Conclusão

6.6.1 A solução apresentada é técnica e economicamente viável, compatível com o planejamento institucional e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, atendendo plenamente à necessidade identificada no presente Estudo Técnico Preliminar.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A estimativa das quantidades a serem contratadas encontra-se detalhada no **Tópico 1 do Termo de Referência**, no qual constam a descrição pormenorizada dos itens, as unidades de fornecimento, bem como os quantitativos mínimos e máximos previstos para aquisição.

7.2 Os quantitativos estimados foram definidos com base no histórico de consumo da Seção de Educação Física, na projeção de uso contínuo e intensivo dos materiais, na vida útil estimada dos bens, no efetivo atual da Escola e na necessidade de recomposição e adequação da infraestrutura esportiva institucional.

7.3 Além disso, considerou-se a demanda ordinária decorrente das atividades curriculares e de Treinamento Físico Militar, bem como a demanda extraordinária relacionada à realização de eventos desportivos institucionais e interforças.

7.4 Os quantitativos mínimos e máximos estabelecidos visam conferir flexibilidade administrativa, possibilitando a aquisição conforme a real necessidade e disponibilidade orçamentária, sem comprometer o planejamento e a economicidade da contratação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 781.433,48

8.1. Metodologia de Formação do Preço Estimado

8.1.2 A estimativa do valor da contratação foi elaborada em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e às disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, mediante a realização de pesquisa de preços com utilização de parâmetros diversificados e idôneos.

8.1.3 A pesquisa contemplou consulta ao **Painel de Preços**, disponibilizado no portal Compras.gov.br, o qual reúne dados de contratações públicas homologadas no âmbito da Administração Pública, permitindo aferição de valores praticados em certames recentes e compatíveis com o objeto pretendido.

8.1.4 A utilização de tal ferramenta visa conferir maior segurança à estimativa, mitigar riscos de sobrepreço e assegurar a compatibilidade do orçamento estimado com os valores efetivamente praticados no mercado.

8.2 Critério de Consolidação dos Valores

8.2.1 Os valores unitários estimados para cada item constam no **Mapa de Preços**, anexo ao Termo de Referência, o qual apresenta a memória de cálculo detalhada e as respectivas fontes consultadas.

8.2.2 Para definição do valor estimado foi adotado critério estatístico adequado, conforme previsto na IN nº 65/2021, com exclusão de valores inexequíveis ou manifestamente discrepantes, de modo a assegurar maior robustez técnica à estimativa.

8.2.3 O valor global estimado da contratação corresponde ao somatório dos valores unitários estimados multiplicados pelos respectivos quantitativos projetados, constituindo parâmetro para análise de exequibilidade das propostas e para aferição da vantajosidade do certame.

8.2.4 O valor estimado da contratação encontra-se devidamente fundamentado em parâmetros objetivos, atuais e compatíveis com o mercado, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento, bem como às exigências legais aplicáveis.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, deve o Estudo Técnico Preliminar avaliar a viabilidade do parcelamento da solução, considerando aspectos técnicos, econômicos e de competitividade.

9.2 Parcelamento do Objeto

9.2.1 A presente contratação refere-se ao fornecimento de materiais esportivos compostos por itens distintos, independentes entre si, sem vínculo técnico de interdependência funcional que exija fornecimento conjunto obrigatório.

9.2.2 Dessa forma, o objeto será adjudicado por item, permitindo a participação do maior número possível de fornecedores, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2.3 O parcelamento por item mostra-se técnica e economicamente viável, uma vez que:

- I – Os materiais possuem natureza autônoma e especificações individualizadas;
- II – Não há prejuízo à padronização ou à execução das atividades institucionais;
- III – A segmentação amplia a competitividade do certame;
- IV – Evita-se concentração indevida de mercado.

9.3. Parcelamento da Execução

9.3.1 Quanto à execução contratual, o fornecimento ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de empenhos conforme a necessidade da Administração e disponibilidade orçamentária. Tal sistemática justifica-se em razão de:

- I – A demanda ser variável ao longo do exercício;
- II – A necessidade de adequação às disponibilidades de créditos orçamentários;
- III – A inexistência de obrigatoriedade de entrega imediata da totalidade dos itens;
- IV – A racionalização do armazenamento e controle patrimonial.

9.3.2 A entrega parcelada não compromete a economicidade da contratação, tampouco acarreta prejuízo à eficiência administrativa, configurando prática comum em contratações de fornecimento de bens.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Previsão no Planejamento Institucional

11.1.2 A presente contratação encontra respaldo no planejamento institucional da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, estando devidamente prevista no Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIPO) e no Plano de Contratações Anual (PCA), conforme exigido pelo art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

11.1.3A inclusão no PCA demonstra que a demanda foi previamente identificada, analisada e incorporada ao planejamento anual da Unidade Gestora, observando-se os princípios do planejamento, da eficiência e da racionalização do gasto público.

11.2 Compatibilidade com o Planejamento Orçamentário

11.2.1 A contratação está alinhada às dotações orçamentárias destinadas às atividades de ensino, preparo físico militar e manutenção da infraestrutura institucional, estando condicionada à disponibilidade de créditos orçamentários no exercício correspondente.

11.2.2 A previsão no SIPO assegura compatibilidade entre a necessidade administrativa e a programação financeira da Unidade, permitindo adequada gestão dos recursos públicos.

11.3. Alinhamento Estratégico

11.3.1 A aquisição dos materiais esportivos encontra-se alinhada:

- I – À missão institucional de formação do oficial combatente;
- II – À manutenção dos índices de aptidão física exigidos na formação militar;
- III – À realização de eventos e competições institucionais e interforças;
- IV – À melhoria contínua da infraestrutura de instrução e treinamento.

11.3.2 Trata-se, portanto, de contratação coerente com os objetivos estratégicos do estabelecimento de ensino e com o planejamento administrativo previamente estabelecido.

11.4. A presente contratação está formalmente alinhada ao planejamento institucional, orçamentário e estratégico da Unidade, atendendo às exigências legais e demonstrando aderência ao princípio do planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A Administração verifica que a presente contratação proporcionará benefícios institucionais diretos e indiretos, alinhados à missão da Escola Preparatória de Cadetes do Exército e aos princípios da eficiência e da economicidade.

12.2. Benefícios Operacionais

12.2.1. Manutenção e elevação do nível de preparo físico dos militares, condição essencial para o desempenho das atividades operacionais e para a formação do Oficial Combatente do Exército Brasileiro;

12.2.2. Suporte técnico e material adequado ao treinamento das onze modalidades desportivas praticadas na Organização Militar, garantindo conformidade com regulamentos e padrões oficiais;

12.2.3. Equipagem completa e padronizada dos Ginásios Poliesportivos e demais instalações de treinamento físico;

12.2.4. Melhoria das condições de segurança durante a prática de atividades físicas, mediante utilização de materiais adequados, resistentes e em conformidade com especificações técnicas;

12.2.5. Redução de interrupções nas atividades de instrução decorrentes de desgaste ou insuficiência de materiais.

12.3. Benefícios Institucionais e Estratégicos

12.3.1. Fortalecimento da capacidade da Organização Militar para sediar competições desportivas no âmbito das Forças Armadas, incluindo a 56ª edição da NAE, envolvendo a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, a Escola Preparatória de Cadetes do Ar e a Escola Naval;

12.3.2. Valorização da imagem institucional perante as demais Escolas Militares e a sociedade;

12.3.3. Contribuição para a integração interforças por meio da adequada realização de eventos esportivos militares;

12.3.4. Adequação da infraestrutura esportiva às exigências contemporâneas de formação militar.

12.4. Benefícios Econômicos e Administrativos

12.4.1. Racionalização do gasto público, mediante aquisição de materiais com vida útil estimada prolongada;

12.4.2. Redução de custos futuros com reposições frequentes decorrentes de aquisição de produtos de menor durabilidade;

12.4.3. Planejamento adequado do consumo institucional, evitando aquisições emergenciais;

12.4.4. Maior previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão patrimonial.

12.5. A contratação proposta apresenta impacto positivo direto na qualidade da formação militar, na eficiência administrativa e na capacidade institucional da Organização Militar, configurando medida necessária, proporcional e alinhada ao interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Providências Administrativas

13.1.1. Consolidação e aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente;

13.1.2. Elaboração e aprovação do Termo de Referência contendo especificações técnicas detalhadas, critérios de julgamento, requisitos de habilitação e condições de execução;

13.1.3. Realização formal da pesquisa de preços, com juntada do Mapa de Preços e memória de cálculo aos autos do processo;

13.1.4. Verificação da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA) e compatibilidade com o Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário (SIPO);

13.1.5. Reserva ou indicação de dotação orçamentária suficiente para cobertura da despesa.

13.2. Providências Técnicas

13.2.1. Definição precisa das especificações técnicas dos materiais esportivos, evitando direcionamento e assegurando competitividade;

13.2.2. Definição dos quantitativos mínimos e máximos a serem adquiridos;

13.2.3. Estabelecimento de critérios objetivos de aceitação, recebimento e eventual substituição dos materiais;

13.2.4. Indicação do local de entrega e das condições logísticas necessárias.

13.3. Providências Relativas à Gestão e Fiscalização

13.3.1. Designação formal de gestor e fiscal do contrato ou da ata, conforme o caso;

13.3.2. Definição de rotinas de recebimento e conferência dos materiais;

13.3.3. Estabelecimento de mecanismos de controle patrimonial após o recebimento definitivo;

13.3.4. Previsão de aplicação de penalidades em caso de descumprimento contratual.

13.5. Verifica-se que não há necessidade de adoção de providências estruturais ou adaptações físicas nas instalações da Organização Militar para viabilizar a contratação, uma vez que a infraestrutura esportiva existente é suficiente para utilização dos materiais a serem adquiridos.

13.5.1 As providências elencadas são de natureza administrativa e procedimental, sendo plenamente exequíveis no âmbito da Unidade Gestora, garantindo regular instrução processual e adequada execução da futura contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerações Gerais

14.1.1 A contratação pretendida refere-se ao fornecimento de materiais esportivos destinados às atividades institucionais da Escola Preparatória de Cadetes do Exército, não envolvendo obras, intervenções estruturais ou processos produtivos realizados no âmbito da Organização Militar.

14.1.2 Ainda assim, considerando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei nº 14.133/2021, foram analisados os possíveis impactos ambientais associados à fabricação, transporte, utilização e descarte dos materiais a serem adquiridos.

14.2. Possíveis Impactos Ambientais Identificados

14.2.1 Os principais impactos ambientais potenciais relacionados ao objeto da contratação são:

I – Geração de resíduos sólidos decorrentes das embalagens dos produtos;

II – Impactos ambientais indiretos associados ao processo industrial de fabricação dos materiais;

III – Descarte inadequado de materiais ao final de sua vida útil;

IV – Emissão de poluentes decorrentes do transporte dos bens até o local de entrega.

14.2.2 Tais impactos são classificados como indiretos e de baixa magnitude, considerando a natureza do objeto (bens comuns) e a inexistência de manipulação industrial ou descarte em larga escala nas dependências da Organização Militar.

14.3. Medidas Mitigadoras e Critérios de Sustentabilidade

14.3.1 A fim de mitigar os impactos identificados, serão observadas as seguintes diretrizes:

14.3.1. Preferência por materiais com maior durabilidade, reduzindo a necessidade de reposições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos;

14.3.2. Exigência de que as embalagens sejam recicláveis ou reutilizáveis, sempre que tecnicamente possível;

14.3.3. Observância, pelos fornecedores, da legislação ambiental vigente aplicável aos seus processos produtivos;

14.3.4. Destinação ambientalmente adequada de resíduos eventualmente gerados, em conformidade com as normas aplicáveis;

14.3.5. Incentivo à adoção de práticas de gestão ambiental por parte dos fabricantes e fornecedores.

14.4. Os impactos ambientais decorrentes da contratação são limitados, indiretos e mitigáveis, não havendo impedimento ambiental à sua realização.

14.4A solução proposta contempla critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com a legislação vigente, assegurando atendimento à demanda institucional sem infringir normas ambientais e promovendo o uso racional de recursos públicos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos nesses Estudos Técnicos Preliminares, esta Comissão de Planejamento declara a viabilidade da contratação, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da EsPCEX.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO ALMEIDA BUSO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 15:43:56.



Documento assinado digitalmente

ANA LUIZA SANTANA

Data: 12/05/2026 16:12:33-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA LUIZA SANTANA

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente

OSMANI BAPTISTA SILVA

Data: 12/05/2026 15:25:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

OSMANI BAPTISTA SILVA

Equipe de apoio

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Matriz de Gerenciamento de Riscos 3/2026

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

3/2026

Responsável pela Edição

JAQUELINE DE OLIVEIRA DOMINGOS

Data de Criação

14/02/2026 09:42

Status da Matriz de Alocação de Riscos

Concluído (Planejamento)

Objeto da Matriz de Riscos

Aquisição de material esportivo visando atender as necessidades deste estabelecimento de ensino

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-01	Quantitativo e/ou capacitação insuficiente.	Atraso na contratação; Contratação em desacordo com a necessidade da Administração.	Planejamento	Contratada	Alto	
Impactos						
1	Atraso na conclusão das demandas com possíveis impactos nas atividades dos alunos.					
2	Falha na entrega dos bens					
Ações Preventivas						
P-01	Designar pessoal capacitado e em quantidade suficiente para a composição da equipe de planejamento da contratação.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
P-02	Verificar a habilitação do fornecedor, atentando para as qualificações necessárias no instrumento convocatório.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Realizar contratação emergencial a fim de garantir o fornecimento de bens materiais			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-02	Edital e Termo de Referência incompletos	Licitação fracassada ou deserta;	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Impactos diretos para Administração					
Ações Preventivas						
P-01	Revisar cuidadosamente o Edital e o Termo de Referência, de modo a verificar suas adequações			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Refazer a licitação verificando o motivo do risco a fins de que não seja fracassada ou deserta.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-03	Aceitação de proposta em desacordo com o Edital.	Contratação em desacordo com a necessidade da Administração; Prejuízo ao erário.	Planejamento	Administração	Médio	
Impactos						
1	Atraso na conclusão das demandas com possíveis impactos nas atividades dos alunos.					
2	Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.					
Ações Preventivas						
P-01	Verificar a proposta com os instrumentos de planejamento da contratação.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Revogar aceitação de proposta em desacordo com o Edital.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-04	Recusa do licitante vencedor em assinar o contrato.	Impossibilidade de cumprir as obrigações do contrato.	Planejamento	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Repetidas recusas do material, atraso no recebimento definitivo e reclamação dos usuários.	
	Ações Preventivas	
P-01	Verificar situações que possam ensejar a inexecução contratual.	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Convocar a próxima colocada no certame para a celebração de contrato; Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade do fornecimento de bens materiais	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-05	Falência, insolvência, quebra contratual pela Interrupção imediata o contrato. contratada		Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

	Impactos	
1	Atraso na conclusão das demandas com possíveis impactos nas atividades dos alunos.	
	Ações Preventivas	
P-01	Acompanhar as condições de habilitação da contratada, em especial quanto à qualificação econômico-financeira.	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade do fornecimento de bens.	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-06	Interrupção definitiva do fornecimento de materiais pela contratada por outras razões não elencadas anteriormente.	Interrupção imediata o contrato.	Gestão de Contrato	Contratada	Baixo	

Impactos	
1	Atraso na conclusão das demandas com possíveis impactos nas atividades dos alunos.
Ações Preventivas	
P-01	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção do cumprimento do contrato
P-02	Notificar a contratada por falhas na execução contratual
Ações de Contingência	
C-01	Realizar contratação emergencial a fim de garantir a continuidade do fornecimento de bens.
C-02	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Sanções previstas no Edital; Instaurar processo sancionador para eventual aplicação de sanção.

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-07	Não aplicação de sanções à contratada pela Administração.	Prejuízo ao erário; Manutenção de empresa inadequada no mercado.	Gestão de Contrato	Administração	Baixo	

	Impactos	
1	Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.	
	Ações Preventivas	
P-01	Submissão do processo a análise da Procuradoria Jurídica. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual; Sancionar a Contratada conforme Sanções previstas no Edital; Instaurar processo sancionador para eventual aplicação de sanção.	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-08	Pagamento indevidos à contratada.	Prejuízo ao erário; Cometimento de ato ilegal.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	

	Impactos	
1	Inadequação da solução apresentada por falta de melhor análise em decorrência do pouco tempo hábil.	
	Ações Preventivas	
P-01	Verificar com exatidão os valores devidos em relação aos bens entregues	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA
	Ações de Contingência	
C-01	Negociar a devolução dos valores junto à contratada; Proceder o desconto dos pagamentos indevidos nas faturas aquisições	Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-09	Pesquisa de preços inadequada (sobrepço ou subpreço)	Utilização de base de dados desatualizada; Amostra insuficiente de preços; Inclusão de valores atípicos (outliers); Oscilações de mercado	Planejamento	Administração	Médio	

	Impactos					
1	Alto					
	Ações Preventivas					


P-01	Pesquisa conforme IN 65/2021; Utilização do Pannel de Preços; Adoção da mediana; Exclusão de valores inexequíveis ou excessivos.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Revisão da estimativa antes da publicação; Republicação do certame, se necessário.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-10	Baixa competitividade no certame	Mercado restrito para determinados itens; Exigências excessivas de habilitação; Seleção do Fornecedor		Administração	Médio	
Impactos						
1	Médio	Especificações muito específicas.				
Ações Preventivas						
P-01	Parcelamento por item; Exigências proporcionais; Divulgação ampla do certame.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Revogação e nova licitação com ajustes.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-11	Atraso na entrega dos materiais	Problemas logísticos; Falta de estoque do fornecedor; Atrasos na fabricação; Problemas de transporte.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Definição clara de prazo; Previsão de multa; Acompanhamento pelo fiscal.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Aplicação de penalidades; Rescisão contratual; Convocação de remanescente.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-12	Entrega de material em desconformidade	Falha no controle de qualidade do fornecedor; Interpretação equivocada das especificações; Substituição indevida por produto similar.	Gestão de Contrato	Administração	Alto	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Especificações claras; Conferência no recebimento provisório; Exigência de ficha técnica.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Recusa do material; Substituição imediata; Aplicação de sanções			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
R-13	Descontinuidade do fornecimento	Problemas financeiros do fornecedor; Encerramento de atividades; Sanções administrativas.	Gestão de Contrato	Administração	Médio	
Impactos						
1	Alto					
Ações Preventivas						
P-01	Verificação da regularidade fiscal; Análise da qualificação econômico-financeira.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		
Ações de Contingência						
C-01	Rescisão contratual; Convocação de fornecedor remanescente.			Responsável: OSMANI BAPTISTA SILVA		

4. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos

Nenhum acompanhamento incluído.


5. Responsáveis / Assinantes

Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **PEDRO ALMEIDA BUSO**
 Data: 17/03/2026 08:00:18-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PEDRO ALMEIDA BUSO

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
 **ANA LUIZA SANTANA**
 Data: 16/03/2026 21:55:23-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA LUIZA SANTANA

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente

OSMANI BAPTISTA SILVA

Data: 17/03/2026 11:55:02-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

OSMANI BAPTISTA SILVA

Equipe de apoio

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO
(Escola Preparatória de Cadetes de SP / 1940)**

Processo Administrativo nº 64510.001558/2026-82)

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A **ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO**, com sede na Avenida Papa Pio XII, 350, Jardim Chapadão, na cidade de Campinas-SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.559.822/0001-61 (Gestão Fundo do Exército), neste ato representado pelo CEL R1 RODRIGO KLUGE VILLANI, nomeado pela Portaria DECEX/C EX nº 1.353 DECEX, de 24 de abril de 2026, publicada no DOU de 27 de abril de 2026, portador da Matrícula Funcional nº 873.945.026-00, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90002/2026, publicada no de/202....., processo administrativo nº 64510.001558/2026-82, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de *Aquisição de material esportivo para a Seção de Educação Física da Escola Preparatória de Cadetes do Exército - EsPCEx*, especificados nos itens 1 do Termo de Referência, anexo XX do *[edital de licitação nº xxxx/xxxx]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) *[órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços]*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

4.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *podrá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal

como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160468-ESCOLA PREPARATORIA DE CADETES DO EXERCITO	PEDRO ALMEIDA BUSO	07/05/2026 18:46 (v 0.11)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	60/2026	64510.001558/2026-82

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 64510.001558/2026-82)


TERMO DE REFERÊNCIA



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO



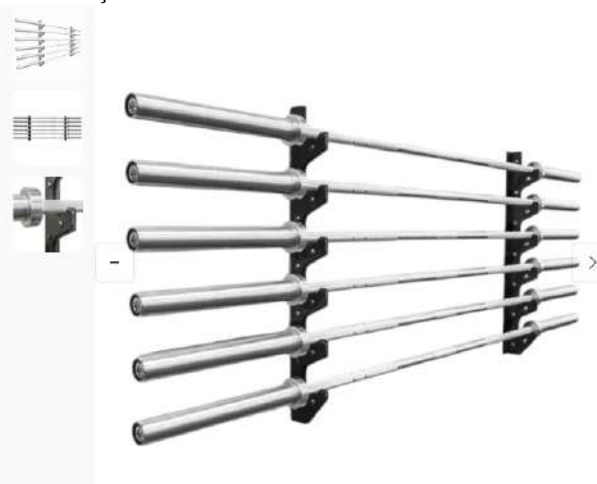
1.1. Aquisição de materiais esportivos,nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 Poderão ocorrer situações em que o código CATMAT do material apresente especificação divergente daquela do item a ser efetivamente adquirido, uma vez que, em diversas ocasiões, o CATMAT disponibilizado no sistema possui caráter genérico e não descreve de forma precisa o objeto pretendido. Dessa forma, a descrição detalhada e específica do item presente neste Edital será considerada válida para fins de análise e aprovação da proposta, bem como para a aprovação e assinatura da ata.

ITEM	(CATMAT)	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT. MÍN	QUANT. MÁX	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
1	235500	TABULEIRO DE XADREZ: Jogo de Xadrez Profissional (C/ Tabuleiro Marchetado) + Damas Extra; As peças Profissionais seguem o padrão oficial modelo Staunton, confeccionadas em polímero de alta resistência, com peso interno e base revestida em feltro — características que garantem estabilidade, conforto e durabilidade. Trata-se de um conjunto apto para competições; Características das Peças: Peças: 32 peças oficiais no modelo Staunton + 2 dama extra. Material das Peças: Poliestireno de alto impacto. Altura do Rei: 10 cm. Cores : Preto e branco Características do Tabuleiro: Material: Base em madeira MDF com lâmina de Madeira Wengue e Marfim composto. Bordas: Louro Preto Natural, proporcionando uma aparência elegante. Dimensões: 54 x 54 cm. Tamanho das Casas: 5,6 cm, oferecendo uma visualização clara e uma jogabilidade confortável.	CONJUNTO	1	4	441,39	

		<p>Espessura: 1,5 cm, garantindo uma base firme e sólida.</p> <p>Acabamento: Verniz acetinado, que dá um toque final sofisticado.</p> 					R\$ 1.765,56
2	606257	<p>RELÓGIO GPS RELÓGIO GPS Duração da bateria (modo smartwatch) Até 2 semanas</p> <p>Tipo de exibição do relógio Memória transfletiva em pixel (MIP) visível à luz solar</p> <p>Material da pulseira Silicone</p> <p>Material da lente Vidro quimicamente reforçado</p> <p>Braceletes de desbloqueio rápido Sim (20 mm, padrão da indústria)</p> <p>Adequado para pulsos com uma circunferência de 126-203 mm</p> <p>Peso 37 g</p> <p>Tamanho do visor, LxA 26,3 mm (1,04") de diâmetro</p> <p>Resolução de exibição, LxA 208 x 208 pixels</p> <p>Ecrã a cores</p> <p>Recursos do relógio:</p> <p>Hora/data</p> <p>Sincronização de hora do GPS</p> <p>Horário de verão automático</p> <p>Despertador</p> <p>Monitoramento de saúde</p> <p>Frequência cardíaca medida no pulso (constante, a cada segundo)</p> <p>Frequência cardíaca em repouso diária</p> <p>Alertas de frequência cardíaca anormal Sim (alto e baixo)</p> <p>Taxa de respiração (24x7)</p> <p>Idade de condição física</p> <p>Monitor de energia Body Battery™</p> <p>Monitoramento de estresse durante o dia todo</p> <p>Lembretes para relaxar</p> <p>Temporizador de relaxamento respiratório</p> <p>Temporizador</p> <p>Cronômetro</p> <p>Horários do amanhecer/pôr do sol</p> <p>Sensores: GPS GLONASS Galileu</p> <p>Monitor de frequência cardíaca de pulso</p> <p>Acelerômetro</p> <p>Conectividade: Bluetooth</p>	UNIDADE	1	5	1372,71	R\$ 6.863,55
		<p>Bússolas de Polegar</p> <p>Limbo móvel, régua de 3cm, peso 27g, agulha estável, limbo em cores para facilitar a navegação e a conferência da direção durante a rota.</p> <p>Intercambiável, ou seja, pode ser convertida para uso tanto no polegar esquerdo quando no direito</p> <p>Balanceamento para o BRASIL.</p> <p>Agulha tempo setting: 1-1,5 seg.</p> <p>Estabilidade durante a corrida: excelente</p> <p>Magnet: alta potência extra</p> <p>Escala: cor, escala unidade 15 grad.</p>					


3	603844		UNIDADE	1	15	R\$ 328,16	R\$ 4.922,40
4	473726	<p>Prisma de nylon para competição de Orientação, nas cores branco e laranja, confeccionado em material leve e resistente, estrutura soldada em metal resistente, Tamanho :15 x 15 cm. Tecido: poliamida. Base triangular com faces quadradas, dividida diagonalmente, sendo o triângulo superior branco e o triângulo inferior laranja, Estrutura soldada em alumínio resistente a intempéries.</p> 	UNIDADE	1	30	64,53	R\$ 1.935,90
5	601786	Espada de esgrima completo; Espada completa elétrica com lamina maragin (punho anatomico ou reto). Rigidez e Tamanhos e Lateralidade: a serem definidos pelo requisitante. Igual, similar ou superior à marca Allstar	UNIDADE	1	6	1.914,99	

							R\$ 11.489,94
6	444656	Jaqueta de esgrima para canhoto, Igual, similar ou superior à marca ALLSTAR	UNIDADE	1	4	R\$ 1.037,38	R\$ 4.149,52
7	600332	<p>Podium de aço galvanizado e madeira para premiação esportiva: Podium de resultados para 3 equipes de até 4 pessoas em cada posição. Feito por encomenda, pode ser personalizado com a sua marca e cor. Fabricado em aço galvanizado com pintura eletrostática pó, para maior durabilidade. Tampo de madeira maciça resistente. Por padrão, o podium de 3 equipes tem 5,40m de comprimento (1,80 m de cada módulo), 60 cm de profundidade e 60 cm de altura. A personalização será com o símbolo da EsPCEx enviado posteriormente.</p> 	UNIDADE	1	2	R\$ 3.078,33	R\$ 6.156,66
8	261355	<p>Suporte de parede para Barra Olímpica: para 6 Barras Olímpicas, material: aço</p> 	UNIDADE	1	2	424,02	R\$ 848,04
9	485781	Meião esportivo para competição de esgrima: branco e personalizado com o símbolo da EsPCEx. Composição: em maioria POLIÉSTER, tamanho a ser solicitado: do 38 ao 44.	PAR	1	20	37,24	R\$ 744,80
		NADADEIRA: A nadadeira deverá ser confeccionada em silicone 100% ou borracha sintética de alta resistência, materiais atóxicos, hipoalergênicos e adequados ao uso prolongado em ambientes com					

10	614001	<p>cloro e produtos químicos típicos de piscinas. A pala deve possuir rigidez progressiva, permitindo propulsão eficiente sem causar sobrecarga articular ou fadiga excessiva. O calçador deve ser anatômico, confortável, estável e de fácil encaixe, assegurando ajuste seguro ao pé sem causar pontos de pressão ou escorregamentos durante o uso.</p> <p>O item deverá apresentar desempenho compatível com atividades institucionais, garantindo resposta rápida à movimentação, boa transferência de força, flexão uniforme da pala e manutenção da integridade estrutural mesmo após uso repetido. As nadadeiras devem manter estabilidade hidrodinâmica, não podendo apresentar vibrações exageradas ou deformações durante o nado. Os materiais empregados deverão ser resistentes a rasgos, abrasão, ressecamento e deformações permanentes.</p> <p>A fabricação deverá observar normas internacionais relacionadas a materiais elastoméricos e segurança de produtos esportivos, tais como ISO 37 (propriedades de tração de elastômeros), ISO 868 (dureza Shore) e ISO 10993 (biocompatibilidade), considerando que não existe norma ABNT específica aplicável a nadadeiras de natação. Os componentes devem ser pigmentados com coloração atóxica e durável, resistente ao desbotamento e às condições normais de uso em piscinas.</p> <p>As dimensões deverão obedecer aos tamanhos padronizados correspondentes à numeração requisitada, admitindo-se tolerância de até $\pm 5\%$ em medidas como comprimento da pala, largura e dimensões do calçador, de modo a garantir compatibilidade com o tamanho do usuário. O par de nadadeiras deverá ser entregue no tamanho especificado no processo de aquisição.</p>	PAR	1	150	R\$ 256,66	R\$ 38.499,00
11	613774	<p>PRANCHA DE NATAÇÃO: O item deve ser confeccionado em material de alta densidade e fluatibilidade, preferencialmente espuma de polietileno expandido (EVA) de célula fechada, isenta de substâncias tóxicas e resistente à absorção de água, ao cloro, à água salgada e aos produtos químicos geralmente presentes em piscinas. Deve apresentar superfície lisa, ergonomicamente dimensionada e com bordas arredondadas que evitem atrito e permitam manuseio confortável. A peça deve possuir formato anatômico, podendo incluir recortes laterais para melhor empunhadura, desde que mantenha estrutura rígida suficiente para garantir estabilidade e sustentação durante o uso.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar elevada fluatibilidade, rigidez homogênea, resistência à deformação, capacidade de manter estrutura íntegra mesmo após uso repetido em ambiente aquático e estabilidade ao impacto e à compressão. A prancha deve seguir parâmetros técnicos gerais de materiais poliméricos aplicáveis, tais como resistência à compressão, densidade uniforme e ausência de substâncias nocivas, conforme padrões internacionais de segurança e qualidade, como ISO 845 (densidade aparente de espumas) e ISO 1798 (resistência à tração de espumas flexíveis), ou normas equivalentes.</p> <p>A fabricação deve utilizar EVA de alta densidade, com composição uniforme, espessura constante e pigmentação atóxica resistente ao desbotamento. As dimensões devem situar-se em padrão adulto, com aproximadamente 42 a 47 cm de comprimento, 27 a 32 cm de largura e espessura entre 25 mm e 35 mm, admitindo-se tolerância dimensional de até $\pm 5\%$. O item deve apresentar vida útil mínima de 12 meses em condições normais de uso, mantendo rigidez, estabilidade estrutural, fluatibilidade e resistência ao desgaste sem apresentar rachaduras, dobras permanentes ou deformações significativas.</p>	UNIDADE	1	150	51,30	R\$ 7.695,00
		PALMAR: O item deve ser composto por palmares rígidos ou semirrígidos, com superfície lisa e perfurações distribuídas de					

12	613847	<p>forma uniforme para melhor deslocamento e controle do fluxo de água. A peça deve possuir contorno anatômico que se ajuste adequadamente às mãos do usuário, permitindo posicionamento estável, natural e seguro durante a execução dos movimentos, com bordas arredondadas que evitem atritos ou desconfortos.</p> <p>O produto deve apresentar alta resistência à flexão e ao impacto, garantindo estabilidade estrutural mesmo sob uso intensivo em ambiente aquático. Seu desempenho deve assegurar transmissão eficiente da força aplicada, boa hidrodinâmica, capacidade de corrigir o trajeto da braçada e redução de vibração ou deformação durante o uso. As características técnicas devem atender aos parâmetros gerais de materiais plásticos utilizados em equipamentos esportivos, conforme normas internacionais aplicáveis, como ISO 2039-1 (determinação de propriedades mecânicas de plásticos) e ISO 175 (resistência de materiais plásticos à água).</p> <p>A fabricação deve utilizar polímeros de alta resistência, como policarbonato ou polipropileno de engenharia, livres de substâncias tóxicas e com pigmentação atóxica resistente ao desbotamento. Os elásticos de fixação devem ser confeccionados em silicone ou borracha sintética de alta durabilidade, apresentando boa elasticidade, resistência ao cloro e capacidade de ajuste firme sem causar desconforto. As dimensões devem seguir tamanhos adulto padronizados, com área aproximada entre 16 cm e 22 cm de altura e 12 cm a 17 cm de largura, admitindo-se tolerância de ±5%, devendo cada kit conter pelo menos um par de palmares no tamanho adequado ao uso institucional.</p> <p>A vida útil mínima deve ser de 12 meses em condições normais de uso, durante os quais o item deve manter rigidez, estabilidade dimensional, resistência ao cloro, à água salgada e aos produtos químicos encontrados em piscinas. O kit deve manter suas características mecânicas sem apresentar rachaduras, deformações permanentes, ressecamento ou perda de elasticidade dos tirantes.</p>	PAR	1	150	91,66	R\$ 13.749,00
13	613772	<p>FLUTUADOR: O item deve apresentar formato anatômico ergonômico, composto por blocos sobrepostos que se ajustem entre as pernas com conforto e segurança, garantindo posição estável sem risco de escorregamento durante a execução dos exercícios.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado integralmente em espuma de polietileno expandido (EVA) de alta densidade ou material equivalente, de célula fechada, com flutuabilidade elevada, resistência à absorção de água e comportamento adequado em ambiente clorado, salino ou com produtos químicos comuns em piscinas. A superfície deve ser lisa, com acabamento uniforme, bordas arredondadas e ausência de irregularidades que possam causar desconforto ou abrasão ao usuário. O flutuador deve manter rigidez suficiente para sustentar a posição correta das pernas, sem deformações excessivas, mesmo após uso repetido.</p> <p>O desempenho do item deve assegurar flutuabilidade constante, estabilidade lateral, resistência à compressão e capacidade de manter suas propriedades físicas ao longo do tempo, sem perda significativa de densidade, sem fissuras ou deformações permanentes. O produto deve atender às normas internacionais aplicáveis a materiais espumados utilizados em equipamentos esportivos, como ISO 845 (determinação da densidade aparente de espumas) e ISO 1798 (resistência mecânica de espumas flexíveis), considerando a inexistência de norma ABNT específica para flutuadores do tipo polibóia.</p> <p>Os materiais utilizados na fabricação devem ser atóxicos, resistentes a fungos, mofo, abrasão e variações de temperatura, mantendo integridade estrutural e coloração uniforme mesmo sob</p>	UNIDADE	1	150	34,59	

		condições intensas de uso. As dimensões devem seguir padrão adulto, com comprimento aproximado entre 22 cm e 25 cm, largura entre 10 cm e 13 cm e espessura entre 8 cm e 12 cm, admitindo-se tolerância dimensional de até ±5%, assegurando encaixe confortável e funcional entre as pernas do usuário.					R\$ 5.188,50
14	485458	<p>KIT DE PARAQUEDAS para treinamento de natação: O item deve oferecer resistência progressiva ao deslocamento na água, garantindo segurança, estabilidade hidrodinâmica e eficácia na aplicação de métodos de sobrecarga durante o treinamento.</p> <p>O paraquedas deve ser confeccionado em tecido sintético resistente à água, ao cloro, à abrasão e ao desgaste, com formato circular ou cônico, possuindo abertura uniforme que permita a entrada de fluxo hídrico de maneira controlada. O tecido deve apresentar boa resistência ao rasgo, mantendo integridade estrutural mesmo sob tração contínua. O kit deve incluir sistema de fixação composto por fita ou tirante ajustável, cinto ou cinturão anatômico de fixação ao corpo e cordão de tração com engate robusto que conecte o paraquedas ao nadador de forma firme e segura.</p> <p>As especificações de desempenho devem garantir resistência constante ao deslocamento, estabilidade durante o nado e ausência de obstruções ou torções que comprometam o funcionamento do paraquedas. O produto deverá manter abertura adequada durante o uso, assegurando arrasto constante e previsível, sem deformações excessivas. O sistema de engate deve ser de rápida conexão e desconexão, com resistência mecânica compatível ao uso esportivo e livre de falhas que possam comprometer a segurança. Os materiais empregados no kit devem ser adequados ao ambiente aquático, resistentes ao cloro, ao sal e à exposição moderada à luz solar.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais aplicáveis a materiais têxteis e sintéticos utilizados em equipamentos esportivos, incluindo ISO 13934 (resistência à tração de tecidos), ISO 105 (solidez de cor), ISO 10304 (resistência química) e ISO 20932 (ensaios de elasticidade têxtil), considerando que não existe norma ABNT específica para paraquedas de natação. Dentre os materiais utilizados devem constar tecidos sintéticos como poliéster ou nylon de alta resistência, tirantes em polipropileno ou poliéster reforçado, cordas ou fitas de resistência certificada e engates em polímeros de engenharia ou metais leves com alta durabilidade.</p> <p>As dimensões do paraquedas devem variar conforme modelo adulto institucional, com diâmetro aproximado entre 20 cm e 30 cm para níveis leves e até 40 cm para níveis mais intensos, admitindo-se tolerância de ±5%. As fitas de conexão devem possuir comprimento ajustável entre 1,0 m e 1,5 m, compatível com diferentes estilos de nado, enquanto o cinturão deve suportar variações de circunferência, garantindo ajuste firme e confortável. O kit deve ser entregue completo, contendo o paraquedas, o cinturão ajustável, o cordão de tração e o sistema de engate.</p>	UNIDADE	1	30	141,98	

							R\$ 4.259,40
15	606289	<p>SNORKEL PARA NATAÇÃO: O produto deve possibilitar fluxo respiratório contínuo e confortável, assegurando estabilidade, segurança e adaptabilidade às atividades de nado crawl, nado subaquático técnico e exercícios de aperfeiçoamento de posicionamento.</p> <p>O snorkel deve possuir tubo central frontal, com curvatura anatômica que acompanhe o perfil da cabeça do usuário, mantendo-se estável durante o nado. O bocal deve ser fabricado em silicone macio ou elastômero hipoalergênico, oferecendo encaixe confortável, seguro e vedado, evitando irritações ou desconfortos durante o uso prolongado. O tubo deve ser rígido ou semirrígido, construído em material resistente a impactos, cloro, água salgada e produtos químicos presentes em piscinas, devendo manter sua curvatura original sem deformações. O arnês (suporte de cabeça) deve permitir ajuste firme, ser fabricado em material leve e durável, com tiras reguláveis e superfície interna confortável para evitar escorregamentos.</p> <p>O desempenho do item deve assegurar passagem de ar eficiente, baixa resistência respiratória e estabilidade hidrodinâmica, sem vibrações excessivas ou deslocamentos durante movimentos intensos. O snorkel deve permitir manutenção de fluxo respiratório linear, sem bloqueios, devendo manter funcionamento adequado mesmo em variações moderadas de pressão durante submersões rasas típicas do treino técnico. O produto deve apresentar alta resistência ao desgaste, mantendo integridade de todos os componentes e clareza do tubo quando transparente.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais relativas à segurança de materiais e dispositivos utilizados em contato prolongado com a boca e vias respiratórias, incluindo ISO 10993 (biocompatibilidade), ISO 18527-3 (óculos e acessórios de esportes aquáticos – aplicável por equivalência parcial ao uso esportivo aquático) e referências técnicas para materiais plásticos como ISO 17493 (resistência térmica de polímeros). Não há norma ABNT específica para snorkel de natação, devendo-se seguir padrões internacionais de qualidade e segurança.</p> <p>Os materiais utilizados devem incluir policarbonato, PVC rígido ou polímeros de engenharia no tubo; silicone ou TPE macio no bocal; tiras e suporte em silicone, borracha sintética ou polímeros de alta durabilidade. Todos os materiais devem ser livres de substâncias tóxicas, apresentar resistência à abrasão, à exposição solar moderada e ao cloro, mantendo suas propriedades mecânicas ao longo do tempo. As dimensões devem ser compatíveis com o uso adulto, com comprimento aproximado entre 35 cm e 42 cm e diâmetro interno que permita fluxo adequado de ar, admitindo tolerância de até $\pm 5\%$ nas medidas principais.</p>	UNIDADE	1	30	140,33	R\$ 4.209,90
		LONA TÉRMICA 500 MICRAS: O item deve ser aplicado					

16	226673	<p>diretamente sobre a superfície da água, proporcionando isolamento uniforme e auxiliando na manutenção da temperatura, especialmente em períodos de inatividade da piscina.</p> <p>A lona deverá ser confeccionada em polietileno de baixa densidade (PEBD) ou material equivalente, multilaminado e composto por bolhas de ar encapsuladas entre camadas termoeleves, garantindo capacidade isolante elevada. A espessura total deve ser de 500 micras, com tolerância máxima de $\pm 10\%$, devendo manter distribuição uniforme dessa espessura em toda a extensão do produto. A estrutura deve ser resistente à ação de raios UV, ao cloro, à umidade e às condições químicas típicas do ambiente de piscina, não devendo apresentar ressecamento, rachaduras, descoloração precoce ou perda significativa da integridade das bolhas.</p> <p>O desempenho da lona deve assegurar alta capacidade de retenção de calor, redução significativa da evaporação e resistência mecânica adequada para suportar manuseio diário. O produto deve manter estabilidade dimensional, não podendo sofrer deformações acentuadas, encolhimento irregular ou falhas estruturais ao longo do uso. A lâmina superior deve possuir tratamento anti-UV, garantindo vida útil prolongada, enquanto a camada de bolhas deve manter resistência suficiente à compressão e ao cisalhamento, preservando sua eficácia isolante.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais relacionadas a filmes e lâminas plásticas, como ISO 4591 (determinação de espessura de filmes plásticos), ISO 527 (resistência à tração de polímeros) e ISO 4892 (resistência à radiação UV de materiais poliméricos), considerando que não existe norma ABNT específica para lonas térmicas de piscina. O material deve ser atóxico, seguro para uso em ambientes aquáticos e compatível com a legislação de segurança e meio ambiente vigente.</p> <p>As dimensões da lona devem corresponder fielmente às medidas solicitadas na contratação, admitindo-se tolerância de $\pm 5\%$ no corte e conformação final. O acabamento das bordas deve ser uniforme, sem rebarbas, falhas de termoformagem, bolhas rompidas, rasgos ou dobras permanentes. Quando solicitado, a lona deverá ser fornecida sob medida, de acordo com o formato da piscina, garantindo cobertura integral e ajuste adequado à área de uso.</p>	M²	1	500	23,33	R\$ 11.665,00
17	229971	<p>DICLORO GRANULADO: O produto deve garantir liberação eficiente e contínua de cloro ativo, contribuindo para a manutenção dos níveis adequados de residual de desinfecção, preservando a transparência, higiene e segurança da água utilizada.</p> <p>O dicloro deve ser apresentado na forma granulada ou em pó fino, de rápida dissolução, com teor mínimo de cloro ativo entre 55% e 65%, conforme padrão técnico internacional para dicloroisocianurato de sódio diidratado. A formulação deve ser estabilizada com ácido isocianúrico, permitindo maior resistência à degradação do cloro pela radiação UV e garantindo maior eficiência sanitizante em piscinas expostas à luz solar. O produto deve possuir pH neutro ou próximo da neutralidade quando dissolvido, facilitando o equilíbrio químico da água e minimizando alterações bruscas nos parâmetros operacionais da piscina.</p> <p>As especificações de desempenho devem garantir ação rápida na desinfecção, ausência de resíduos insolúveis perceptíveis e eficiência compatível com as necessidades de tratamento de piscinas aquecidas ou não aquecidas. O produto deve apresentar alta estabilidade durante o armazenamento e manutenção da concentração de cloro ativo ao longo do prazo de validade. A eficácia sanitizante deve atender às exigências de controle microbiológico aplicáveis a águas recreativas.</p>	BALDES 10 KG	1	390	204,19	

		<p>A fabricação deve observar normas técnicas internacionais relativas a produtos químicos utilizados em tratamento de água, como NSF /ANSI 50 (equipamentos e produtos para piscinas), ISO 9001 (gestão de qualidade da produção) e diretrizes internacionais para dicloroisocianurato de sódio usadas no setor de saneamento. O produto deve estar em conformidade com regulamentações brasileiras aplicáveis a saneantes e substâncias químicas para tratamento de água recreativa.</p> <p>Os materiais utilizados na formulação devem ser de grau técnico adequado para uso em piscinas, isentos de impurezas prejudiciais e com controle rigoroso de granulometria, umidade e pureza. O produto deve ser fornecido em embalagem resistente, selada, com proteção contra umidade, variações de temperatura e contaminação. As embalagens devem ser de 10 kgl, devendo apresentar rotulagem completa conforme legislação vigente, incluindo composição, modo de uso, advertências e lote de fabricação.</p>					R\$ 79.634,10
18	608090	<p>BLOCO DE SAIDA PARA NADO COSTAS: O produto deve assegurar aderência, firmeza estrutural e resistência a esforços contínuos, suportando uso intenso em ambiente aquático institucional.</p> <p>O bloco deve ser confeccionado com estrutura em aço inoxidável de alta resistência ou liga metálica anticorrosiva equivalente, garantindo durabilidade e proteção contra ferrugem e degradação provocada pelo contato constante com água clorada e umidade. A área de apoio dos pés deve ser fabricada em material antiderrapante, resistente ao desgaste, com textura uniforme que ofereça alta aderência mesmo quando molhada. A plataforma deve possuir sistema de ajuste de altura ou inclinação, quando previsto, permitindo adaptação segura às características do usuário. Os elementos de fixação ao piso ou ao paramento da piscina devem ser reforçados, garantindo estabilidade total do conjunto.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar suporte seguro ao nadador, ausência de deslocamento do equipamento durante o uso, resistência mecânica à tração e ao impacto, estabilidade dimensional e resistência total à corrosão. O bloqueio e o engate do apoio dos pés devem funcionar de forma suave e precisa quando aplicável, sem folgas excessivas que comprometam a segurança. O produto deve permitir uso frequente sem fadiga estrutural, deformações ou falhas mecânicas.</p> <p>A fabricação deve observar normas técnicas internacionais aplicáveis a equipamentos esportivos aquáticos, incluindo referências da FINA (Federação Internacional de Natação) para blocos utilizados em piscinas de competição, ISO 9227 (resistência à corrosão em atmosfera salina), ISO 2039 (propriedades mecânicas de materiais plásticos aplicados em superfícies antiderrapantes) e normas equivalentes, considerando não existir norma ABNT específica para blocos de saída de nado costas. Os materiais empregados devem ser atóxicos, de alta resistência e adequados ao ambiente aquático.</p> <p>As dimensões devem atender às necessidades de uso adulto, devendo possuir plataforma de apoio com largura aproximada entre 20 cm e 30 cm, comprimento entre 15 cm e 25 cm e altura ajustável ou fixa compatível com estruturas de piscina institucional, admitindo tolerância máxima de $\pm 5\%$. O apoio deve permitir posicionamento confortável dos pés, garantindo estabilidade e alinhamento adequado para a partida do nado costas.</p>	UNIDADE	1	8	790,70	R\$ 6.325,60
		<p>TOUCA DE SILICONE PARA NATAÇÃO: O item deve ser confeccionado integralmente em silicone 100% puro, hipoalergênico e livre de látex, apresentando superfície lisa, flexível e com baixa rugosidade, além de acabamento interno</p>					

19	225122	<p>levemente antiderrapante para melhor fixação e bordas reforçadas que garantam maior durabilidade e vedação adequada. A peça deve possuir formato anatômico compatível com diferentes tamanhos de cabeça, oferecendo resistência ao cloro, à água salgada, aos produtos químicos comumente presentes em piscinas, bem como à exposição moderada ao sol. Suas propriedades físicas devem assegurar alta elasticidade, permitindo alongamento sem rasgos ou deformações permanentes, aderência estável durante o uso, facilidade para colocação e remoção e manutenção das características originais mesmo após repetidos ciclos de utilização em ambiente aquático.</p> <p>A fabricação deve utilizar pigmentação atóxica de alta resistência ao desbotamento e obedecer a normas internacionais relacionadas a elastômeros e segurança de materiais, como ISO 37, referente às propriedades de tração, e ISO 8124-1, quanto à ausência de substâncias tóxicas para contato com a pele. As dimensões devem compreender diâmetro aproximado entre 22 cm e 24 cm, espessura entre 0,5 mm e 0,8 mm e peso médio de 40 g, admitindo-se tolerância de $\pm 5\%$. A vida útil mínima prevista é de 12 meses em condições normais de uso, durante os quais a touca deve manter integridade estrutural, resistência ao rasgo e às condições químicas da água. O item deve apresentar ausência de imperfeições, como bolhas, falhas de moldagem ou irregularidades de espessura, além de manter coloração uniforme e toque confortável e suave ao longo do contato prolongado com a pele. OBSERVAÇÃO: A touca deve ser personalizada com o símbolo da EsPCEx a ser enviado e a cor da touca será definida.</p>	UNIDADE	1	120	55,20	R\$ 6.624,00
20	223387	<p>ROUPÃO PERSONALIZADO: O item deve permitir rápida absorção de água, secagem corporal eficaz e isolamento térmico adequado, sendo indicado para uso institucional em piscinas, treinos, atividades esportivas e transição entre áreas molhadas e secas.</p> <p>O roupão deve ser confeccionado externamente em tecido leve ou malha resistente, e internamente em tecido felpudo tipo toalha 100% algodão ou composição equivalente com alta capacidade de absorção. A estrutura interna deve apresentar felpa macia, regular e densa, garantindo absorção eficiente sem causar irritação à pele. A touca integrada deve ser confeccionada com o mesmo material interno ou similar, proporcionando secagem eficiente dos cabelos e proteção térmica da cabeça. As costuras devem ser reforçadas e uniformes, garantindo durabilidade e resistência ao uso frequente e à lavagem repetida.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar alta capacidade de absorção de água, bom isolamento térmico, secagem rápida do tecido e manutenção da integridade estrutural após sucessivos ciclos de uso e higienização. O tecido interno deve manter maciez e densidade, sem perda significativa de felpa, encolhimento excessivo ou desbotamento anormal. O roupão deve permitir liberdade de movimentos e ser confortável, apresentando toque suave e respirável.</p> <p>A fabricação deve atender às normas técnicas aplicáveis ao setor têxtil, como ABNT NBR ISO 105-C06 (solidez de cor à lavagem), ABNT NBR 7211 (massa por unidade de área em tecidos), ABNT NBR 12856 (resistência à tração) e normas equivalentes relacionadas à qualidade e conformidade de produtos têxteis, assegurando resistência mecânica, estabilidade dimensional e segurança ao usuário. As matérias-primas empregadas devem ser isentas de substâncias tóxicas, seguindo padrões de saúde e segurança internacional, como a diretriz Oeko-Tex Standard 100 ou equivalente.</p> <p>As dimensões devem seguir padrões adulto, com comprimento</p>	UNIDADE	1	25	212,33	


		<p>aproximado entre 100 cm e 130 cm, largura proporcional e mangas de comprimento adequado ao conforto e mobilidade, admitindo-se tolerância de $\pm 3\%$. A touca deve possuir tamanho compatível com diferentes formatos de cabeça, garantindo cobertura adequada sem compressão excessiva. O cinto ou faixa de amarração deve ser do mesmo material ou material equivalente, com comprimento suficiente para ajuste seguro.</p> <p>O item deve atender aos requisitos mínimos de qualidade, apresentando acabamento uniforme, costuras reforçadas, bordas alinhadas, felpa interna homogênea, tecido externo sem falhas de tecelagem e ausência de manchas, irregularidades ou odores impróprios. O produto deve ser entregue dobrado, limpo e embalado individualmente em plástico protetor ou embalagem equivalente, garantindo preservação contra poeira, umidade e sujeira.</p>					R\$ 5.308,25
21	232020	<p>ÓCULOS NATAÇÃO: O item deve apresentar lente com tratamento antifog, proteção contra radiação UV e superfície resistente a riscos, mantendo transparência adequada à visualização subaquática. A estrutura deve possuir formato anatômico que se ajuste corretamente ao contorno facial, garantindo vedação sem infiltrações, com vedação composta por material macio e hipoalergênico que assegure conforto e estabilidade mesmo em uso prolongado. O nariz deve possuir peça rígida ou removível, com ajuste compatível ao formato facial, enquanto a tira de fixação deve ser regulável, flexível e resistente ao cloro, permitindo ajuste firme sem causar desconforto.</p> <p>O desempenho do produto deve assegurar boa visibilidade em ambiente aquático, resistência à pressão hidrodinâmica, estabilidade durante movimentos de nado e manutenção das propriedades ópticas e mecânicas após uso repetido. Os óculos devem atender, quando aplicável, às normas e diretrizes internacionais relacionadas à segurança de materiais plásticos e equipamentos de uso esportivo, tais como ISO 18527-3 (óculos de proteção para esportes aquáticos), ISO 12312 (proteção UV para lentes) e ISO 10993 (biocompatibilidade de materiais), considerando a inexistência de norma ABNT específica para óculos de natação.</p> <p>A fabricação deve utilizar policarbonato óptico nas lentes, silicone ou TPE de alta qualidade nas ventosas e tiras, e polímeros de engenharia na armação, todos isentos de substâncias tóxicas e resistentes ao cloro, à água salgada e aos produtos químicos presentes em piscinas. As dimensões devem seguir padrão adulto, com largura aproximada entre 13 cm e 16 cm, lentes com área proporcional ao uso recreativo ou de treinamento e tiras com capacidade de ajuste amplo, admitindo tolerância dimensional de $\pm 5\%$.</p> <p>O produto deve apresentar acabamento uniforme, livre de rebarbas, irregularidades, bolhas, falhas de moldagem, manchas, descoloração prematura ou qualquer característica que comprometa sua qualidade. As lentes devem ser entregues livres de arranhões e com tratamento antifog preservado. O item deve acompanhar embalagem individual adequada que proteja contra impactos leves e sujeira, podendo incluir estojo rígido ou flexível e instruções de uso e conservação quando aplicável.</p>	UNIDADE	1	40	204,43	R\$ 8.177,20
		<p>GARROTE LATEX 202: O item deve permitir aplicação rápida, ajuste seguro e liberação controlada, garantindo eficácia e segurança durante a utilização.</p> <p>O garrote deve ser confeccionado com cinta têxtil de alta resistência, flexível, antiderrapante e com largura suficiente para distribuir a pressão de forma uniforme sobre o membro, evitando lesões por compressão excessiva. O sistema de acionamento e</p>					

22	445579	<p>travamento deve ser composto por mecanismo robusto, permitindo aplicação precisa da pressão necessária para a contenção provisória do fluxo sanguíneo. O produto deve incluir fecho de fixação e componente de aperto que possibilite operação com uma ou ambas as mãos, garantindo uso eficiente em diferentes cenários.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar resistência à tração, estabilidade durante o uso, ausência de deslizamentos e manutenção da pressão aplicada sem afrouxamento involuntário. O garrote deve manter integridade funcional mesmo após manipulação repetida, devendo resistir a tensões contínuas, umidade, suor e variações de temperatura. O material deve ser capaz de suportar limpeza simples sem degradação estrutural.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais aplicáveis a equipamentos de contenção e primeiros socorros, como ISO 13485 (gestão de qualidade para dispositivos médicos), ISO 10993 (biocompatibilidade de materiais) e diretrizes técnicas para produtos de emergência médica, uma vez que não há norma ABNT específica para garrote tático ou de emergência. Os materiais empregados devem ser atóxicos, resistentes, livres de arestas cortantes e compatíveis com o contato com a pele.</p> <p>As dimensões devem seguir padrão institucional, com comprimento aproximado entre 90 cm e 100 cm, diâmetro interna de 3,2mm e diâmetro externo 4,8mm e tolerância de $\pm 5\%$ nas medidas. O mecanismo de aperto deve apresentar comprimento e ergonomia compatíveis para operação eficiente e segura pelo usuário. Todos os componentes devem ser firmemente fixados à estrutura têxtil, sem folgas ou risco de desprendimento.</p>	METRO	1	60	R\$ 15,99	R\$ 959,40
23	445581	<p>GARROTE LATEX 204: O item deve permitir aplicação rápida, ajuste seguro e liberação controlada, garantindo eficácia e segurança durante a utilização.</p> <p>O garrote deve ser confeccionado com cinta têxtil de alta resistência, flexível, antiderrapante e com largura suficiente para distribuir a pressão de forma uniforme sobre o membro, evitando lesões por compressão excessiva. O sistema de acionamento e travamento deve ser composto por mecanismo robusto, permitindo aplicação precisa da pressão necessária para a contenção provisória do fluxo sanguíneo. O produto deve incluir fecho de fixação e componente de aperto que possibilite operação com uma ou ambas as mãos, garantindo uso eficiente em diferentes cenários.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar resistência à tração, estabilidade durante o uso, ausência de deslizamentos e manutenção da pressão aplicada sem afrouxamento involuntário. O garrote deve manter integridade funcional mesmo após manipulação repetida, devendo resistir a tensões contínuas, umidade, suor e variações de temperatura. O material deve ser capaz de suportar limpeza simples sem degradação estrutural.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais aplicáveis a equipamentos de contenção e primeiros socorros, como ISO 13485 (gestão de qualidade para dispositivos médicos), ISO 10993 (biocompatibilidade de materiais) e diretrizes técnicas para produtos de emergência médica, uma vez que não há norma ABNT específica para garrote tático ou de emergência. Os materiais empregados devem ser atóxicos, resistentes, livres de arestas cortantes e compatíveis com o contato com a pele.</p> <p>As dimensões devem seguir padrão institucional, com comprimento aproximado entre 90 cm e 100 cm, diâmetro interna de 6,4 mm e diâmetro externo 9,5 mm e tolerância de $\pm 5\%$ nas medidas. O mecanismo de aperto deve apresentar comprimento e ergonomia compatíveis para operação eficiente e segura pelo usuário. Todos os</p>	METRO	1	60	18,34	



		componentes devem ser firmemente fixados à estrutura têxtil, sem folgas ou risco de desprendimento.					R\$ 1.100,40
24	445581	<p>GARROTE LATEX 206: O item deve permitir aplicação rápida, ajuste seguro e liberação controlada, garantindo eficácia e segurança durante a utilização.</p> <p>O garrote deve ser confeccionado com cinta têxtil de alta resistência, flexível, antiderrapante e com largura suficiente para distribuir a pressão de forma uniforme sobre o membro, evitando lesões por compressão excessiva. O sistema de acionamento e travamento deve ser composto por mecanismo robusto, permitindo aplicação precisa da pressão necessária para a contenção provisória do fluxo sanguíneo. O produto deve incluir fecho de fixação e componente de aperto que possibilite operação com uma ou ambas as mãos, garantindo uso eficiente em diferentes cenários.</p> <p>As especificações de desempenho devem assegurar resistência à tração, estabilidade durante o uso, ausência de deslizamentos e manutenção da pressão aplicada sem afrouxamento involuntário. O garrote deve manter integridade funcional mesmo após manipulação repetida, devendo resistir a tensões contínuas, umidade, suor e variações de temperatura. O material deve ser capaz de suportar limpeza simples sem degradação estrutural.</p> <p>A fabricação deve observar normas internacionais aplicáveis a equipamentos de contenção e primeiros socorros, como ISO 13485 (gestão de qualidade para dispositivos médicos), ISO 10993 (biocompatibilidade de materiais) e diretrizes técnicas para produtos de emergência médica, uma vez que não há norma ABNT específica para garrote tático ou de emergência. Os materiais empregados devem ser atóxicos, resistentes, livres de arestas cortantes e compatíveis com o contato com a pele.</p> <p>As dimensões devem seguir padrão institucional, com comprimento aproximado entre 90 cm e 100 cm, 1 diâmetro interna de 9,5 mm e diâmetro externo 12,7 mm e tolerância de $\pm 5\%$ nas medidas. O mecanismo de aperto deve apresentar comprimento e ergonomia compatíveis para operação eficiente e segura pelo usuário. Todos os componentes devem ser firmemente fixados à estrutura têxtil, sem folgas ou risco de desprendimento.</p>	METRO	1	60	20,08	R\$ 1.204,80
25	613829	<p>CINTO ELÁSTICO: O item deve ser composto por um cinturão ajustável de fixação ao corpo, por sistema de engate seguro e por elástico de resistência reforçado, permitindo conexão firme e estável entre os componentes, garantindo segurança e funcionamento adequado durante o uso.</p> <p>O cinturão deverá ser fabricado em material têxtil resistente, com largura suficiente para distribuir a pressão de forma uniforme, evitando desconforto e garantindo maior estabilidade ao usuário. Seu sistema de fechamento ou ajuste deve possibilitar adaptação a diferentes medidas de cintura, mantendo firmeza, sem escorregamentos ou aberturas acidentais durante o uso. O engate deve ser confeccionado em metal ou polímero de engenharia de alta resistência, capaz de suportar tração contínua e impactos, assegurando travamento seguro e liberação controlada. O elástico de resistência deve ser produzido em borracha natural ou material elastomérico sintético de elevada durabilidade, com revestimento protetor externo que reduza desgaste e evite ruptura prematura.</p> <p>O desempenho do item deve garantir resistência progressiva à tração, retorno elástico uniforme e manutenção da integridade estrutural durante exercícios repetitivos. O elástico deverá apresentar alongamento compatível com treinamento funcional, mantendo resistência linear, sem deformação permanente ou perda abrupta de elasticidade. A fabricação deverá observar normas internacionais aplicáveis a materiais elastoméricos e componentes</p>	UNIDADE	1	30	139,62	

		<p>têxteis, como ISO 37 (propriedades de tração de elastômeros), ISO 13934 (resistência de tecidos à tração) e ISO 20932 (ensaios de elasticidade têxtil), considerando que não há norma ABNT específica para este tipo de equipamento.</p> <p>Os materiais utilizados devem ser isentos de substâncias tóxicas, resistentes ao suor, à abrasão e às condições ambientais comuns em ambientes de treinamento. O cinturão deve ter largura aproximada entre 10 cm e 15 cm, admitindo tolerância de $\pm 5\%$, enquanto o elástico deve apresentar comprimento entre 1,5 m e 2,0 m em repouso, também com tolerância de $\pm 5\%$, permitindo extensão significativa conforme especificações de resistência. O conjunto deve suportar cargas compatíveis ao uso institucional sem falhas ou rupturas inesperadas.</p>					R\$ 4.188,60
26	601785	<p>Fio de corpo Tripolar: Fio de corpo Tripolar com tomada transparente para espada de esgrima. Fio tripolar super resistente e maleável na cor vermelha, com extensão mínima de 175 cm de comprimento. Cada polo é feito de um fio de cobre envernizado e protegido por uma fina capa de fibra de tecido. A espessura de cada fio com a proteção é 0,5mm e uma extremidade do fio é composta de um contato plástico com três pinos de metal um para cada polo do cabo.</p>	UNIDADE	1	15	249,66	R\$ 3.744,90
27	601785	<p>Fio de extensão: Cabo de conexão homologado pela FIE, fio tripolar resistente de 14 metros de comprimento, com os dois extremos com tomada macho triplolar padrão alemão. Igual, similar ou superior à marca/modelo: Allstar AZM 1</p>	UNIDADE	1	10	249,66	R\$ 2.496,60
28	635812	<p>Luva de esgrima: Luva para florete e espada. Nivel 2 (800 newtons). Lavável, composta de couro macio sintético, e com uma proteção para o punho que acompanha o antebraço em aproximadamente 13cm. As luvas devem possuir manga com velcro integral resistente. Luva pelo padrão FIE, palmo 60% poliamida E 40% poliuretano, manga 80% poliéster 20% algodão. (Tamanhos e definição de destro ou canhoto: a serem definidos pelo requisitante).</p>	UNIDADE	1	10	131,75	R\$ 1.317,50
29	327256	<p>Relógio Parede Led Digital Grande mínimo 47cm comprimento - CARACTERÍSTICAS: Relógio, Modo 12 ou 24h com calendário e sensor temperatura incluso - Gabinete em plástico resistente muito leve e design compacto na cor preta; - Displays com alta performance para visualização em ambientes internos; - Cores do Display: Vermelho. - Botes laterais para controle e acesso do equipamento; - Uso interno. - bivolt: 110 ou 220V automático - Fácil visualização distância - Excelente Nitidez - Temperatura - Hora - Dia, Ms, Ano e dia da semana. - Dia da semana em português - Números grandes de fácil visualização: mínimo 8 x 4,5 cm. - Fácil ajuste. - Fácil Instalação. - Sistema eletrônico de Quartz, não atrasa nem adianta. - Não perde a memória quando acaba a energia</p>	UNIDADE	1	4	129,99	R\$ 519,96
30	281426	<p>Fita TRX Sistema de treinamento suspenso com tiras de nylon reforçadas, mosquetões de aço e pegadores emborrachados.</p>	UNIDADE	1	4	216,83	R\$ 867,32
		<p>Rack para treinamento funcional, estrutura em aço carbono com ajustes de altura, J-hooks, barras de segurança e pintura eletrostática. Rack Crossfit Funcional Agachamento Supino Com</p>					


31	632557	 <p>Proteção Preto</p>	UNIDADE	1	5	1.824,22	R\$ 9.121,10
32	607911	Kit 5 bolas wall ball 4kg, 6kg, 8kg, 10kg e 12kg de couro	KIT/ CONJUNTO	1	2	1.251,30	R\$ 2.502,60
33	436497	Corda para pular speed rope com cabo de aço revestido em PVC e rolamentos de alta velocidade.	UNIDADE	1	30	22,83	R\$ 684,90
34	482184	<p>Trenó de empurrar/arrastar em aço reforçado, com hastes para anilhas e base deslizante.</p> 	UNIDADE	1	6	842,24	R\$ 5.053,44
35	480951	Equipamento para ginástica (trampolim) tipo reuther com 6 molas Aparelho utilizado para exercícios de salto, também conhecido como trampolim sueco ou prancha firme.	UNIDADE	1	4	2.841,55	

							R\$ 11.366,20
36	396242	Rolo de liberação miofascial, para uso de auto tratamento com forma de um cilindro rígido, feito de revestimento de EVA, forma lisa, tamanho de 33 cm e densidade firme	UNIDADE	1	30	146,93	R\$ 4.407,90
37	602263	KIMONO para treino e competição de judô que possuem especificações técnicas de algodão (100%) e poliéster, com diferentes gramaturas (como 700g/m² para modelos de competição), são sanforizados (pré-encolhidos), tecido com tramas duplas e aprovação por órgãos como a IJF. Nas cores azul e branco. Nos tamanhos A2 e A3	UNIDADE	1	30	410,06	R\$ 12.301,80
38	346920	Step de ginástica em degrau de borracha sendo material (EVA), que absorve impacto, e a superfície antiderrapante para garantir segurança. As dimensões de 60 e 90 cm de comprimento, 28 a 30 cm de largura e 10 a 14 cm de altura.	UNIDADE	1	20	156,40	R\$ 3.128,00
39	626174	Medalha para premiação esportiva NAE: Formato redondo, em metal (aço e carbono), personalizada com logotipo e dizeres; Na frente e na circunferência maior: LOGO DA CDMB. (TODOS EM ALTO RELEVO E NA ESTAMPA DA FRENTE); No verso será definida a arte com o centro composto por uma arte em resina branca com o símbolo da competição e dizeres a serem definidos pela contratante; medalhas nas cores Dourada, niquelada e bronzada, relevo polido, medindo 6 cm de diâmetro com espessura mínima de 2,4 mm e máxima de 3 mm; Possui fita acetinada de pescoço nas cores a serem definidas de 30 mm de largura por 85 cm de comprimento e escrita a ser definida quantas vezes forem necessárias para preencher o tamanho da fita, com espaço de 3 cm entre as escritas.	UNIDADE	1	400	84,62	R\$ 33.848,00
40	314086	Troféu para premiação esportiva NAE: troféu de metal com base em MDF ou acrílico. Altura mínima do troféu: 50 cm; Largura mínima: 40 cm. A arte do troféu será definida e enviada posteriormente. A arte será conforme o modelo abaixo. As placas serão coladas e definidas conforme cada modalidade esportiva, são 11 modalidades (atletismo, tiro, triatlo, esgrima, judô, natação, basquete, vôlei, futebol, xadrez e orientação). Serão elaboradas a parte 09 placas com o símbolo da Escola Campeã (Escola Naval, Escola de Cadetes do Ar e Escola Preparatória de Cadetes do Exército). A base do troféu deverá ser giratória, para mudança do ano (2026 a 2031) e da Escola campeã.	UNIDADE	1	22	738,06	


							R\$ 16.237,32
41	444689	Sapatilha de velocidade com tecnologia de espuma Zoom X no calcanhar e no meio do pé. Dual Chamber Air Zoom duas câmaras de ar separadas para proporcionar estabilidade de ação dupla e com flyplate de carbono de comprimento total apresenta camadas de carbono que são especificamente ajustadas para fornecer rigidez quando necessário para uma eficiência de corrida ideal. Com pregos, com chave e bolsa.	PAR	1	10	1.284,96	R\$ 12.849,60
42	444689	Sapatilha de atletismo para meio-fundo e fundo premium. Modelo também indicado para provas com barreiras. Solado em nylon flexível. Cabedal em trama sintética de alta resistência, que proporciona leveza e respirabilidade. Entressola de espuma de eficiente absorção de impacto. Exclusiva tecnologia com placa de carbono em formato de arco para maior propulsão. Com chave, bolsa e pregos.	PAR	1	10	1.351,93	R\$ 13.519,30
43	485696	Sapatilha para Salto em Altura, com a entressola fina em Phylon e placa de carbono um melhor impulso. Faixa de suporte no mediopé para um ajuste personalizado e firme. Malha e pele sintética. Com pregos, com chave e bolsa.	PAR	1	10	1.285,26	R\$ 12.852,60
44	485696	Sapatilha para Salto em Distância, com a entressola fina em Phylon e placa de carbono para um melhor impulso. Faixa de suporte no mediopé para um ajuste personalizado e firme. Malha e pele sintética. Com pregos, com chave e bolsa.	PAR	1	10	1.285,26	R\$ 12.852,60
45	238172	Bloco de Partida Competition de Atletismo Ajustável. Feito com aço de alta durabilidade com acabamento em PVC, possui base central de aproximadamente 60 cm x 6 cm (comprimento x largura), com 15 ajustes de distância entre os pedais e 4 ângulos de inclinação, permitindo adaptação ao estilo de cada atleta. Com 18 pregos para pistas sintéticas e 2 pregos para pistas de terra ou carvão, garantindo firme fixação em diferentes tipos de superfície.	UNIDADE	1	7	R\$ 460,61	


							R\$ 3.224,27
46	368983	TRENA DE FIBRA DE VIDRO 100M COM EMPUNHADURA VONDER. Fita de fibra de vidro de 100 m com largura de 12,5 mm em caixa aberta com empunhadura, graduação de mm / pol. Embalagem em caixa individual.	UNIDADE	1	10	211,20	R\$ 2.112,00
47	602394	Bandeirinha de árbitro de futebol. Cores a serem definidas. Material do produto: Nylon Modelo do produto: Bandeira Para Árbitro AM-LJ T -U 	UNIDADE	1	15	113,03	R\$ 1.695,45
48	356562	HIPOCLORITO DE CÁLCIO PARA TRATAMENTO DE PISCINA PISCINA: Produto à base de Hipoclorito de cálcio com teor de cloro ativo de 65%. Atua na eliminação de microorganismos, odores, purificando a água e prevenindo a proliferação de algas de forma rápida e eficiente. Teor ativo: 65%	KILOGRAMA	1	2950	26,83	R\$ 79.148,50
49	620452	Medalha para premiação esportiva OLIMESCO: Formato redondo, em metal (aço e carbono), personalizada com logotipo e dizeres; Na frente e na circunferência maior: EXÉRCITO BRASILEIRO (em cima) e ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO (embaixo). Na circunferência menor: SEÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA (em cima) e ESPCEX (embaixo) com as cores azul e vermelho no fundo. E no meio, o símbolo da Seção de Educação Física. (TODOS EM ALTO RELEVO E NA ESTAMPA DA FRENTE); No verso AMIZADE ATRAVÉS DO DESPORTO (em cima) e ALTIUS CITIUS FORTIUS (embaixo) com o centro composto por uma arte em resina branca com o símbolo da competição e dizeres a serem definidos pela contratante; Dourada, niquelada e bronzada, relevo polido, medindo 6 cm de diâmetro com espessura mínima de 2,4 mm e máxima de 3 mm; Possui fita acetinada de pescoço nas cores azuis e vermelhas de 25 mm de largura por 85 cm de comprimento e escrita "ESPCEX" quantas vezes forem necessárias para preencher o tamanho da fita, com espaço de 3 cm entre as escritas.	UNIDADE	1	400	43,60	R\$ 17.440,00
50	602241	Conjunto uniforme: 12 CAMISAS REGATAS estampadas + 12 SHORTS para equipe de atletismo. Camisa Regata tamanhos (P, M e G) com estampa frente e verso a ser definida, material: dry fit, Proteção UV 30+ Malha 100% Poliéster. Short tamanhos (P, M e G) Dry fit: 92% Poliéster 8% Elastano	CONJUNTO	1	10	1.081,66	R\$ 10.816,60

51	625115	<p>Bermuda de alta compressão para competição esportiva de atletismo: Composição 84% Poliamida 16% Elastano. Tamanhos a serem definidos e solicitados: P, M e G. MASCULINA E FEMININA.</p> 	UNIDADE	1	25	116,51	R\$ 2.912,75
52	633345	<p>Carrinho marcador de linhas de campo de futebol COM CAL.</p> 	UNIDADE	1	4	1.103,58	R\$ 4.414,32
53	608272	Algicida choque para piscina: para a eliminação de algas nas paredes, escadas e na água da piscina (água esverdeada).	LITRO	1	1000	18,73	R\$ 18.730,00
54	611981	Flutuador Salva-Vidas Salsichão em Espuma de Polietileno ou Microporosa de PVC. Transpassado por um cadarço de nylon de 25mm de largura, apresentando em uma de suas extremidades um mosquetão de aço inox	UNIDADE	1	8	626,00	R\$ 5.008,00
55	436240	Carrinho Retrátil Transporte De Bolas Cesta Com Rodinha: Bolsa Em Nylon.	UNIDADE	1	5	585,68	R\$ 2.928,40
		<p>Bola De Basquete Penalty Crossover Pro 7.9 Selo FIBA.</p> <p>Desempenho profissional.</p> <p>Tecnologia avançada.</p> <p>Durabilidade incomparável. Características</p> <p>Peso : 580-620g</p> <p>Circunferência : 75-77cm</p>					

56	305578	Gomos : 8 Laminado : Microfibra Construção : Matrizada Câmara : 6D Sistema de Forro : Multiaxial Miolo : Cápsula SIS Precesso Extra : Aracnun OBSERVAÇÃO: A bola de basquete têm que ser da marca Penalty pois é a bola oficial das Olimpíadas Esportivas NAE entre as Escolas de Formação do Exército, Marinha e Aeronáutica.	UNIDADE	1	6	699,90	R\$ 4.199,40
57	602897	Prancheta Quadro Tática Magnética para basquete ou voleibol + Caneta	UNIDADE	1	10	148,93	R\$ 1.489,30
58	437698	<p>Relógio de corrida com tripé, visor digital LED com função de contador. Temporizador e contador: a tela LED pode ser usada como temporizador e contador. Função de temporização: relógio 12 /24H, contagem regressiva, contagem regressiva, cronômetro; função de contagem para cima/menor. O relógio multifuncional pode ser controlado por controle remoto dentro de 12 metros.</p> <p>· O relógio de cronometragem de corrida tem uma tela de 27 x 14 polegadas. 6 dígitos de 12,7 cm de altura são claramente visíveis a partir de 38 m. Brilho que pode ser ajustado para intensidade da luz.</p> <p>· Tripé, pendurar na parede e suporte de mesa. Este relógio de exibição grande é adequado para linha de produção de engenharia, sala de aula escolar, empresa, shopping center, academia, locais públicos e assim por diante.</p> <p>Material premium: a caixa do relógio digital é feita de liga de alumínio, resistente e durável. Com chip de cronometragem profissional, sem desvio de tempo para uso prolongado. E campainha embutida que apita quando o tempo chega a 0 ou o número muda. 3 níveis de ajuste de som, a campainha pode ser desligada.</p> 	UNIDADE	1	3	1.829,74	R\$ 5.489,22
59	454047	Clarificante para piscina c protege a cristalinidade da água. Seu uso regular preserva a beleza através da clarificação contínua, pois sua fórmula aglomera e floclula os resíduos em micro-partículas, eliminando-as na filtração. Embalagem 5 litros	EMBALAGEM 5 LITROS	1	200	68,16	R\$ 13.632,00
60	630242	CAMISETA Estampada OLIMPÍADAS ESPORTIVAS - estampas (frente e verso) e tamanhos a serem definidos. 100% Poliéster	UNIDADE	1	400	27,61	R\$ 11.044,00
61	472017	Rede para trave: Rede para gol de Campo oficial caixote 7,32 x 2,44 x 1,50 x 1,50 Nylon fio 4mm, malha 15, cor branca	UNIDADE	1	5	1.376,70	R\$ 6.883,50
		Luva Goleiro Campo South Team Profissional C/ Grip E Talas: Talas de Proteção: Estrutura reforçada nos dedos para minimizar o risco de lesões por torções e impactos, garantindo maior segurança durante defesas espetaculares. Látex Alemão de Alta Qualidade: Material premium que proporciona aderência excepcional em todas as condições climáticas, seja em dias secos ou chuvosos, para que você tenha					


62	464774	total controle da bola. Corte Ergonômico: Design que se ajusta perfeitamente à mão do goleiro, proporcionando sensação natural e liberdade de movimentos para defesas precisas e ágeis. Punho Ajustável: Fecho seguro e confortável que garante um ajuste personalizado e evita que a luva se deslize durante o jogo. Durabilidade Aprimorada: Materiais resistentes e costuras reforçadas garantem maior vida útil para a sua luva, mesmo com uso frequente.	UNIDADE	1	6	78,91	R\$ 473,46
63	635045	<p>KIT 8 Estacas Treinamento Agilidade Aço 1,62m T77, Amarelo: Características: As Estacas para Treinamento e Agilidade Acte Sports são ideais para aprimorar agilidade, velocidade e técnicas de drible. Projetadas para profissionais e iniciantes, são desmontáveis e fáceis de transportar, acompanhadas de uma bolsa prática. As estacas possuem 1,62 metros de altura, feitas de PVC e aço, garantindo resistência e durabilidade para diferentes tipos de superfícies como terra, grama ou areia.</p> <p>Recursos: O produto conta com uma estrutura robusta, perfeita para treinos em diversas modalidades esportivas. As estacas vêm com uma base que se adapta a diferentes terrenos, garantindo versatilidade no uso. Com cores vibrantes, são facilmente visíveis em qualquer ambiente.</p> <p>Design: Com uma construção desmontável e leve, as estacas são fáceis de montar e desmontar, ideais para transporte. O conjunto inclui 8 estacas em cor neon, destacando-se durante os treinos ao ar livre.</p> <p>Especificações: Cada estaca mede 1,62m de altura, construída em PVC de alta resistência e aço. Acompanha uma bolsa para facilitar o transporte e armazenamento, mantendo a organização e praticidade.</p>	CONJUNTO	1	3	474,60	R\$ 1.423,80
64	480257	<p>Bola Penalty Oficial Campo S11 RI XXV Cinza Preto Laranja: A Bola Penalty Oficial Campo S11 RI XXV possui construção sem costuras através da tecnologia Ultra Fusion, que garante menor absorção de água, maior durabilidade e esfericidade perfeita, resultando em chutes mais precisos e consistentes. Esta Bola de Futsal conta também com sistema de forro termofixo, que garante maior estabilidade dimensional e resistência, enquanto o processo de dupla colagem reforça a união dos gomos. Uma combinação imbatível para uma bola que aguenta a pressão dos jogos mais intensos.</p> <p>Descrição do Produto:</p> <p>Nome: Bola Penalty Oficial Campo S11 RI XXV.</p> <p>Campeonato: Carioca. Peso: 410 - 450g Circunferência: 68 – 70 cm</p>	UNIDADE	1	10	567,09	


		Gomos: 6 Laminado:PU Construção: Ultra Fusion Câmara: 6D Sistema de Forro: Termofixo Processo Extra: Dupla Colagem / Kick Off Miolo: Cápsula SIS Marca: Penalty.					R\$ 5.670,90
65	478577	<p>Saco De Bolas Preto : O Saco de Bolas é ideal para o transporte seguro e prático de bolas e acessórios. Confeccionado em poliéster, ele possui alça ajustável para facilitar o transporte e um cordão na parte superior que regula a abertura, garantindo maior praticidade durante o uso.</p> <p>INFORMAÇÕES TÉCNICAS:</p> <p>Composição: 100% Poliéster</p> <p>Fechamento: Ajustável com cordão</p> <p>Alça: Com regulagem</p> <p>Medidas aproximadas (cm):</p> <p>Altura: 56</p> <p>Largura: 46</p> <p>Profundidade: 29</p>	UNIDADE	1	5	140,05	R\$ 700,25
66	462585	<p>Kit C/6 Squeeze Automatica + Cesta Porta Garrafas Alaranjada: Descrição Kit Squeeze Automática 800ml c/ Cesta Porta Garrafas. Kit contendo 6 garrafas squeezes e uma cesta de alça ajustável, facilitando assim seu transporte para todas os ambientes. O Squeeze tem capacidade para 800 ml. Sua tampa tem sistema de válvula automática, evitando desperdícios e facilitando o uso. Garrafa de água ou Isotônicos com tampa de rosca com fechamento seguro, evitando vazamentos. É ideal para qualquer tipo de líquido. Gargalo que permite a introdução de produtos em pó, além de facilitar limpeza e higienização. Garrafa livre de BPA. Cesta plástica com alça ajustável, medindo 30 cm de comprimento, 20 cm de largura e 16 cm de altura com alça recolhida e 29 cm de altura com a alça expandida. Possui 6 divisórias internas facilitando assim seu transporte para todos os ambientes. Características: Cesta com 6 divisórias, facilitando assim a disposições das garrafas. O kit vem com 6 garrafas de plástico com capacidade para 800 ml, no modelo Squeeze, com bico automático Alça Ajustável , facilitando assim seu transporte durante o uso.</p> 	CONJUNTO	1	10	149,00	R\$ 1.490,00
67	600428	<p>Estadiômetro de parede</p> <p>Equipamento destinado à mensuração da estatura humana, com fidedignidade científica.</p> <p>A estrutura principal deverá ser confeccionada em alumínio anodizado, garantindo resistência mecânica, estabilidade dimensional e durabilidade. A escala de medição deverá ser produzida em PTG, com proteção em PVC, assegurando legibilidade, resistência ao desgaste e facilidade de higienização.</p> <p>Deverá possuir faixa de medição compreendida entre 80 cm e 220 cm (2,20 m), adequada para avaliação de adolescentes e adultos. A resolução mínima da escala deverá ser de 1 mm, com erro máximo permitido $\leq \pm 2$ mm ao longo de toda a faixa útil de medição.</p>	UNIDADE	1	5	333,89	

		O equipamento deverá ser acompanhado de laudo de aferição dimensional da escala, emitido por laboratório ou responsável técnico qualificado, garantindo a precisão e a confiabilidade metrológica do instrumento. Deverá ser fornecido modelo igual ou superior ao da marca Sanny Equipamentos, ou equivalente técnico, desde que atenda integralmente às especificações descritas. O equipamento deverá possuir garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.					R\$ 1.669,45
68	442457	Trena antropométrica Equipamento destinado à mensuração de comprimentos, perímetros e circunferências corporais, com fidedignidade científica. Deverá ser flexível, inelástica e não deformável, confeccionada em material sintético resistente e lavável (ex.: fibra de vidro ou equivalente), adequada para contato direto com a pele. Deverá possuir escala milimétrica, com resolução mínima de 1 mm, faixa de medição mínima de 0 a 200 cm, e erro máximo permitido $\leq \pm 2$ mm ao longo de toda a extensão útil. A escala deverá apresentar alto contraste e boa legibilidade. O equipamento deverá ser acompanhado de declaração de conformidade ou laudo de aferição dimensional, garantindo a precisão das medidas. Deverá ser fornecido modelo igual ou superior ao da marca Sanny Equipamentos, ou equivalente técnico. Garantia mínima de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação.	UNIDADE	1	6	104,48	R\$ 626,88
69	633843	Chumbinho Competição FlatHead Heavy Premium 4,5mm com 500und Rifle. Especificações Técnicas: <ul style="list-style-type: none"> • Diâmetro: 4.50mm • Modelo: Heavy • Calibre: 0,53 g (8,18 gr) • Padrão: Saia Lisa • BC(Coeficiente Balístico): 0,012 • Distância recomendada de uso: até 10 metros • Unidade: lata com 250 unidades. 	LATA COM 250 UN	1	100	161,06	R\$ 16.106,00
70	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 12 kg	UNIDADE	1	3	301,72	R\$ 905,16
71	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 16 kg	UNIDADE	1	3	315,53	R\$ 946,59

72	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 20 kg	UNIDADE	1	3	335,66	R\$ 1.006,98
73	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 24 kg	UNIDADE	1	3	349,25	R\$ 1.047,75
74	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 28 kg	UNIDADE	1	3	485,17	R\$ 1.455,51
75	439828	Kettlebell em ferro fundido monobloco, cabo anatômico com acabamento fosco para melhor aderência, base plana e pintura eletrostática resistente. pares de 32 kg	UNIDADE	1	3	485,17	R\$ 1.455,51
76	464735	Bola Vôlei Penalty 8.0 Pro ix oficial - Características: Peso : 260-280g Circunferência : 65-67cm Gomos : 18 Laminado : Microfibra Construção : Termotec Câmara : 6D Câmara Interna : Neotec Sistema de Forro : Termofixo Selo : IVS - Tested by FIVB Miolo : Cápsula SIS	UNIDADE	1	10	861,77	R\$ 8.617,70
77	446377	TÊNIS PARA TREINAMENTO DE CORRIDA. Tênis Masculino com tecnologia gel de amortecimento traseiro e dianteiro, distribuído por toda a sola, indicado para corredores de pisada neutra ou supinada. Deve possuir tecnologia Guidance Line, trusstic system e borrachas AHAR + e durasponge. Precisa possuir palmilha anatômica com tecnologia Comfort dry. Tamanhos a serem definidos pelo órgão requisitante. Tênis com placa de carbono. Tênis de referência: OLYMPICOS CORRE SUPRA ou superior	PAR	1	20	890,00	R\$ 17.800,00
78	308740	CRONÔMETRO DIGITAL PROFISSIONAL: O Cronômetro Digital 1/1000 à Prova D'Água Com Funções Timer Memória um instrumento com ótimo desempenho, resistência e durabilidade. Descrição técnica: - ON/OFF automático, para economizar energia - Aplicação de energia: Bateria de 13 botões AG - Cores: Cinza, preto e outros - Exibição: Visor LCD digital de 3 linhas Características: - Serve como cronógrafo: Precisão de 1/1000 segundos, opcional O tempo da volta mais rápida, o tempo da volta mais lenta e o tempo médio da volta podem ser recuperados quando os dados são zerados Função de marcapasso que pode definir o valor entre 10-330 Função de contagem regressiva de 9h 59mins 59s Desligamento automático da tela quando não há nenhuma operação Livre para ligar/desligar, mais economia de energia	UNIDADE	1	15	220,39	R\$ 3.305,85
79	446377	TÊNIS PARA CORRIDAS EM TERRENOS ACIDENTADOS/ CORRIDA EM TRILHA. Ajuste e amarração assimétrica, ilhoses de deslize com fácil armazenamento do sistema de amarração; - De cano baixo para liberdade dos movimentos, biqueira protetora otimizada e solado Running Contagrip; - Entressola em EVA moldado de Tripla densidade, palmilha interna proporcionando conforto e durabilidade, além de não deixar os pés escorregarem dentro do calçado e forração anatômica no calcanhar; - Cabedal com tela ultraresistente e armação que dá estabilidade e proteção. - Peso aproximado de 385 (gramas cada pé) Numeração:a ser combinada. Modelo de referência: Salomon Fellraiser Produto passível de análise Poderá ser solicitada amostra produto deve atender às exigência das Competições Oficiais de orientação das Forças Armadas. Modelo: referência: Tênis Salomon Speedcross 6	PAR	1	20	890,00	R\$ 17.800,00
80	446377	TÊNIS PARA VOLEIBOL. Composição: Parte superior (cabedal): em material Sintético. Entressola: com tecnologia Solyte. Solado: em Borracha, para maior tração nos pisos indoor. Com tecnologia Trusstic System, que reduz o peso do solado e oferece maior estabilidade. Peso do Produto: 342 g (o peso do calçado varia de acordo com a numeração). Tecnologia: Trusstic System: Definição da Tecnologia: Componente ultraleve que reduz o peso do solado e fornece maior estabilidade torsional. (Tamanhos: a serem definidos pelo órgão Requisitante) Referência: Tênis Asics.	PAR	1	15	890,00	R\$ 13.350,00
		ALVO DE CARABINA DE AR OLÍMPICA, tira c/ 5 centros					

81	630592	(NACIONAL), alvo oficial homologado pela CBTE Dimensões 8 x 30 x 05 cm Usado para provas de Carabina de Ar Olímpica	UNIDADE	1	2000	1,98	R\$ 3.960,00
82	630592	ALVO DE CARABINA DE AR OLÍMPICA, tira c/ 5 centros (IMPORTADA) PARA MÁQUINA DE LEITURA ÓPTICA, alvo oficial homologado pela ISSF. Peso 0.4 kg. Dimensões 2 x 30 x 05 cm Usado para provas de Carabina de Ar Olímpica	UNIDADE	1	2000	1,98	R\$ 3.960,00
83	466183	APITO ESPORTIVO PLÁSTICO OFICIAL PARA ARBITRAGEM. “Tipo Fox – 40” medindo: 5,30 cm comprimento x 2,10 cm largura, e 1/abertura frontal p/ saída de som	UNIDADE	1	40	81,33	R\$ 3.253,20
84	467589	BASE ELETRÔNICA MODELO SPORTIDENT BSF8 OU SIMILAR FONTE DE ENERGIA INTERNA para orientação esportiva. O SPORTident Station BSF8 é baseado em um núcleo de hardware recém-desenvolvido. O design do BSF8 oferece várias melhorias significativas com menor consumo de energia e novos recursos em comparação com as séries mais antigas das estações SPORTident. Torna-se mais fácil de configurar, pois a estação BSF8 possui tela superior / inferior e ainda é compatível com os equipamentos do sistema SPORTident já existentes.Além disso, o novo BSF8 também está disponível com rádio de curto alcance (SRR), que permite a transmissão sem fio de registros de dados SPORTident em distâncias de até 8 metros. Os rádios estão trabalhando na banda de rádio de 2,4 GHz sem licença e podem ser usados em todo o mundo. O SRR cria uma ponte de dados sem fio para um receptor ou repetidor montado a alguns metros de distância usando o dongle SRR. O dongle SRR recebe registros de dados enviados do BSF8-SRR e SIAC.O dispositivo possui uma interface USB para facilitar a conexão com PC, laptop ou outro equipamento de comunicação padrão. 1 x pilha de lítio ½ aa, não recarregável capacidade de carga: 1000 mah, duração dabateria:3 a 5 anos, troca de bateria: por sportid ent gmbh e revendedores autorizados dasportident faixa de operação: -20° c - + 50 ° c classe de proteçãointernacional: ip 64 (din en60529) - proteção contra a penetração de poeira - proteção contra água salpicada de todas as direções dimensões: 101milímetros x 51milímetros x 19 milímetros, peso: 62 gramas, precisão em temperatura normal: menos de +/- 20 segundos pormês hora de ligar: <1 segundo(modelo), memória de backup: número máximo de socos: 21802 número máximo de registros de dados de si-cards: 1022 . comGarantia no Brasil	UNIDADE	1	10	926,65	R\$ 9.266,50
85	471389	REDE DE VÔLEI OFICIAL - Rede de Vôlei Personalizada . Dimensões: 1,00x10,00 metros no Fio 2.5mm. Faixa superior com 7cm. Faixa inferior e laterais com 5cm. Malhas 10x10cm. Com 4 Faixas e costura dupla. Fio 2,5 mm de polietileno 100% virgem de alta densidade com tratamento UV. Com 4 Faixas e costura dupla, resistentes ao sol, chuva e ações climáticas. Revestimento interno passante. Tamanho Oficial 1,00 x 10,00 metros. Rede de vôlei confeccionada de acordo com CBV. A personalização a ser definida.	UNIDADE	1	5	899,00	R\$ 4.495,00
86	631013	Tenda Gazebo 3x3 Sanfonado Retrátil personalizado com símbolo da Seção de Educação Física da EsPCEX. Altura x Comprimento x Largura 3.1 m x 3 m x 3 m. Material do tecido: Poliéster . Materiais da armação: Aço. Deverá incluir as estacas da base se houver.	UNIDADE	1	6	1449,66	R\$ 8.697,96
		Bateria Er14250 Ls14250 1/2aa 3,6 v Saft ou similar C/ Terminal Axial - Para base eletrônica					

87	314973		UNIDADE	1	10	195.67	R\$ 1.956,70
88	418455	<p>Uniforme de corrida de orientação personalizado: Blusa+Calça. Blusa Thermo Segunda Pele estampada com as seguintes características: Material: 91% Poliéster / 9% de Elastano com tratamento UV50+; Tecnologia: P.E. T. Dry® Ultra Micro Pettenati; Temperatura: Até -3°C em conjunto com outros vestuários adequados ao frio. Calça Térmica TECNOLOGIA: (P.E. T.® PERFORMANCE ENGINEERING TECHNOLOGY - TECNOLOGIA DE ENGENHARIA DE PERFORMANCE. Personalizado com o símbolo da EsPCEx e escrita da modalidade ORIENTAÇÃO.</p> <p>Exemplo de modelo disposto abaixo:</p> 	CONJUNTO	1	15	331.65	R\$ 4.974,75
89	418455	Uniforme de triatlo personalizado: Blusa+Calça. Blusa Thermo Segunda Pele estampada com as seguintes características: Material: 91% Poliéster / 9% de Elastano com tratamento UV50+; Tecnologia: P.E. T. Dry® Ultra Micro Pettenati; Temperatura: Até -3°C em conjunto com outros vestuários adequados ao frio. Calça Térmica TECNOLOGIA: (P.E.T.® PERFORMANCE ENGINEERING TECHNOLOGY - TECNOLOGIA DE ENGENHARIA DE PERFORMANCE. Personalizado com o símbolo da EsPCEx E escrita da modalidade TRIATLO.	CONJUNTO	1	15	335.47	R\$ 5.032,05
90	601786	Ponta completa de espada de esgrima elétrica feita de aço com contato móvel, corpo, mola de contato e mola de peso. Padrão de qualidade alemão.	UNIDADE	1	10	209.10	R\$ 2.091,00
91	444658	Protetor de seio integral de esgrima em PVC com suspensório feminino. Protege toda região do busto. Quantidades e tamanhos conforme necessidade do órgão requisitante. Marca de Referência: AllStar ou de melhor qualidade.	UNIDADE	1	6	394.86	R\$ 2.369,16
		Máquina de elevação pélvica Elevação Pélvica: Peso máximo do					

92	623742	usuário 145 kg Estrutura Aço Pintura Eletroestática Material do estofado / Espuma de poliuretano Revestimento do estofado Courvin Apoio para os pés e Porta Anilhas	UNIDADE	1	3	7919,40	R\$ 23.758,20
93	626843	Alvo oficial de tiro de precisão 25 e 50 Metros com dez zonas circulares. Modelo da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo (CBTE) Dimensões: 55 x 53 cm Material: Cartão Pinho 393g/m² (Panamá) Peso Unitário: 120g GTIN: 7893931308504 Embalagem: Pacote com 50 alvos, protegido com papelão Paraná para garantir integridade no transporte.	UNIDADE	1	500	4,58	R\$ 2.290,00
94	601786	Fio de lâmina de espada elétrica para esgrima. elétrica. Fio bipolar independente com aproximadamente 120 cm de comprimento. Cada polo é feito de um fio de cobre envernizado e protegido por uma fina capa de fibra de tecido. A espessura de cada fio com a proteção é 0,5mm e uma extremidade do fio é composta de um contato plástico com dois pinos de metal um para cada polo do cabo. Padrão de qualidade alemão.	UNIDADE	1	100	98,00	R\$ 9.800,00
95	438711	Almofada de BLOQUEIO para treinamento de basquete	UNIDADE	1	10	401,00	R\$ 4.010,00
96	625000	Jaqueta para tiro esportivo. Conforme modelo a ser definido pelo órgão. Exemplo do padrão da Jaqueta esportiva: 	UNIDADE	1	10	716,33	R\$ 7.163,30
VALOR TOTAL						R\$ 781.433,48	

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da publicação de homologação da contratação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratação deverá obedecer ao disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, no Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010, o disposto no Decreto 7.746/12 de 5 de junho de 2012 e a Lei n. 12.305/2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.1.2. A presente contratação deverá estar alinhada às disposições da Instrução Normativa no 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

4.1.3 Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4 Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

4.1.5 A presente contratação observará os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo a futura contratada atender, no que couber, aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica:

4.1.5.1 Materiais e processos produtivos:

Os materiais esportivos fornecidos deverão, sempre que possível, ser fabricados com matérias-primas recicláveis, reutilizáveis ou de menor impacto ambiental, observando-se normas técnicas vigentes e padrões de qualidade e segurança aplicáveis.

4.1.5.2 Durabilidade e qualidade:

Os produtos deverão apresentar adequada durabilidade e resistência, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, conseqüentemente, a geração de resíduos.

4.1.5.3 Embalagens:

As embalagens deverão ser, preferencialmente, recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, evitando-se o uso excessivo de plástico e materiais não recicláveis.

4.1.5.4 Logística e transporte:

A contratada deverá adotar práticas que minimizem impactos ambientais decorrentes do transporte, como a otimização de rotas e acondicionamento adequado dos produtos para evitar desperdícios e danos.

4.1.5.6 Conformidade ambiental:

A contratada deverá cumprir a legislação ambiental vigente, responsabilizando-se pelo adequado gerenciamento de resíduos eventualmente gerados em decorrência da execução contratual.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1 Nos itens 56,64, 76 e 69 foram especificadas as marcas devido á necessidade de utilização para a competição esportiva que acontecerá, pela regulamentação as bolas e os chumbinhos necessitam serem destas marcas pois são os itens oficiais da competição esportiva NAE 2026 que será cediada na Escola Preparatória de Cadetes do Exército.

4.2.2 Nos itens 56, 64, 69 e 76 foram especificadas marcas determinadas em razão de exigência técnica vinculada à regulamentação oficial da competição esportiva **NAE 2026**, a ser sediada na Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Conforme regulamento técnico da referida competição, as bolas e os chumbinhos a serem utilizados devem ser, obrigatoriamente, das marcas oficialmente homologadas pela organização do evento, por se tratarem de materiais padronizados e reconhecidos pelas respectivas federações e entidades desportivas responsáveis.

A indicação de marca, no presente caso, não tem caráter restritivo indevido, mas decorre de:

- a) **Necessidade de padronização técnica**, visando garantir uniformidade nos equipamentos utilizados durante a competição;
- b) **Atendimento às regras oficiais do evento**, que exigem materiais homologados e previamente definidos pela organização;
- c) **Garantia de isonomia entre os competidores**, evitando vantagens ou prejuízos decorrentes do uso de materiais com características técnicas distintas;
- d) **Mitigação de riscos à execução do evento**, uma vez que a utilização de materiais não homologados pode implicar desclassificação, impugnações, questionamentos técnicos ou até inviabilização da participação institucional na competição;
- e) **Adequação ao interesse público**, considerando que o objetivo da contratação é viabilizar a participação regular na competição oficial.

4.2.3 Registra-se que a especificação de marca ocorre de forma excepcional e devidamente justificada, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, diante da impossibilidade técnica de substituição por materiais similares sem prejuízo ao cumprimento das normas oficiais da competição.

4.2.4 Dessa forma, a indicação das marcas nos itens mencionados mostra-se necessária, proporcional e tecnicamente fundamentada, não configurando direcionamento indevido, mas sim exigência vinculada à regulamentação esportiva aplicável.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.24. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão e envio do empenho ao fornecedor, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Papa Pio XII, 350 - Jardim Chapadão, Campinas - SP, 13070-091 - EsPCEX - Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Setor: Almoxarifado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

- 5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. 7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte) dias**.

7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima nas alíneas “e” a “h”, de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7.1. Consideram-se hipóteses de inexecução parcial sujeitas à multa de 2%:

- entrega de material em desconformidade com as especificações técnicas;
- atraso na substituição de itens recusados pela fiscalização;
- fornecimento com embalagem inadequada que comprometa a integridade do produto;
- descumprimento de obrigações acessórias previstas no Termo de Referência.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 () dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1], no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 30 (trinta) dias úteis.[A3]

- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES /ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17].

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será integral conforme constará em empenho a ser emitido.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

9.4.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital .

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A11] :

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 0,5% do valor total estimado da contratação.

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A14]

Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 781.433,48 (Setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e oito centavos), conforme custos unitários apostos **em anexo**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas
- Campinas, 19 de fevereiro de 2026

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de 10 dias úteis contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho **OU** constante deste Anexo, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
- 1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital , no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias úteis.[A5]

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso ;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*
- 5.2. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - 5.8.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - 5.8.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
 - 5.8.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - 5.9.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 5.9.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 5.9.3. Indenizações e multas.
- 5.10. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.11. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Campinas, Seção Judiciária do Estado de São Paulo – SJSP para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (*Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 2026 .

(Nome do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PEDRO ALMEIDA BUSO

Equipe de apoio

Documento assinado digitalmente
ANA LUIZA SANTANA
Data: 08/05/2026 11:34:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ANA LUIZA SANTANA

Equipe de apoio

OSMANI BAPTISTA SILVA

Equipe de apoio